

MENSAGEM APRESENTADA PELO EXMO.

SR. DR. FLORENTINO AVIDOS, PRESIDENTE

DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, AO CONGRESSO LEGISLATIVO. NA 1º SESSÃO ORDINARIA DA 12º LEGISLATURA, EM 4 DE

MAIO DE 1925.

MENSAGEM

Snrs. Deputados ao Congresso Legislativo do Estado do Espirito Santo

Obedecendo ao dever imposto pelo n. 6 do art. 39 da nossa Constituição, promulgada a 24 de Março de 1923, satisfaço, tambem, um grato prazer, dando-vos conta dos negocios publicos, durante a minha gestão administrativa e indicando-vos, de accordo com o preceito legal, as providencias que supponho precisas aos interesses do Estado.

Tenho, ainda, o mais honroso aprazimento em aproveitar o auspicioso ensejo para dirigir-vos os meus saudares, no inicio desta legislatura que, espero, seja tão cheia de civico devotamento pela causa publica, como a passada, em que leis, as mais importantes, foram premulgadas e medidas, as mais proficuas, autorisadas, em prol da grandeza moral e material do Espirito Santo.

A seguir, encontrareis exposição sincera e leal dos actos que pratiquei no decurso do periodo que vae de 23 de Maio de 1924, até a data presente, e. bem assim, das suggestões que julgo necessarias submetter á vossa alta consideração.

Politica externa

Relações com os representantes de paizes estrangeiros

Da maxima harmonia têm sido as relações do meu governo com o Corpo Consular aqui acreditado.

Do que concerne ás relações do Estado com os representantes de paizes estrangeiros, occorreu, apenas, digno de nota, o reconhecimento do Consul da Finlandia, Snr. Oscar Rodrigues Costa, pelo decreto n. 6.408, de 15 de Outubro de 1924.

Os laços de respeitosa cordialidade e plena unidade de vistas que ligam a administração espirito-santense à da União, não tiveram a menor solução de continuidade, girando embora, cada um dos governos, dentro do circulo de competencia que lhes traçou a Constituição brasileira.

Prestando toda solidariedade à administração honrada e patriotica do eminente Snr. Dr. Arthur Bernardes, tem o Estado sido, tambem, prestigiado pela acção do governo da Republica, que. pressurosamente, vae, dentro dos limites do possível, attendendo aos nossos reclamos.

E' certo que, quando mister se faz o concurso da União, procuro solicital-o, depois de bem estudado o meio de exigir o minimo de sacrificio.

Mas, sempre que os negocios do Espirito Santo se relacionaram com os da federação, de modo a necessitar de actos della decorrentes, encontrei a maxima bóa vontade por parte do Chefe do Executivo e de todos os Ministerios da Republica.

O nosso Estado teve tambem opportunidade de. na medida de suas forças, mostrar dedicação e solidariedade ao governo federal, collaborando no restabelecimento da ordem publica.

Ao sedicioso movimento innominavel que com apparencia regional, irrompeu no prospero Estado de São Paulo. levando porem desastrosa repercussão á vida brasileira, não foi indifferente este pequeno Estado.

Sabeis que, em Julho do anno proximo passado, parte da guarnição militar, aquartellada na capital paulista, esquecendo o nobre papel que ao Exercito incumbe desempenhar para o prestigio dos poderes constituidos, em um gesto de tresloucada demagogia, e chefiada por um General que não mais está nas fileiras, se rebellou contra o proprio commandante e contra o governo do Dr. Carlos de Campos.

E'-me grato consignar que o meu governo se collocou, immemediatamente, e sem vacillações, ao lado dos poderes constituidos, dando mostras de seu amor às instituições e ao principio da autoridade.

Cumprindo o dever civico de auxiliar á Nação para a debellação da revolta e o restabelecimento da ordem constitucional ameaçada, enviei ao campo da luta um contingente de 321 homens, formando um batalhão de tres companhias, perfeitamente equipadas, e sob a direcção do commandante do Regimento de Policia, o Tenente-Coronel Abilio Martins.

Os nossos soldados seguiram a reunir-se ás tropas legaes, convencidos de seus deveres na delesa sagrada do regimen. Todos os officiaes e praças pediam, com insistencia, a ordem de seguir para o campo da luta.

Tambem no seio do parlamento nacional, a representação do Espirito Santo assumiu attitude em perfeita solidariedade com o meu governo e o da Nação.

Felizmente, á energia, á rara habilidade e á intrepida resistencia do illustre Chefe da Republica. nada escapou para repellir a demagogia e suffocar a sublevação, que serviu, apenas, para pôr em relevo a fortaleza do governo da Republica e as raizes que já creou na opinião publica.

Solido pela força de que dispõe e que o tornou apparelhado para defender as suas prerogativas constitucionaes, tendo o apoio das forças de terra e mar, amparado pela solidariedade das duas Camaras nacionaes que lhe não recusaram a medida efficaz do estado de sitio, o honrado estadista que dirige os destinos do Paiz, sentiu-se também fortalecido pela solidariedade de todas as circumscripções territoriaes da Republica, que lhe prestaram o mais decidido apoio, congregando-se em torno do Supremo Magistrado para a defesa e salvaguarda das instituições.

Restabelecida a ordem, tivemos a recompensa de nossos esforços no estimulo trazido pelas memoraveis palavras contidas no manifesto, pelo sr. dr. Arthur Bernardes, lançado ao Paiz, em 15 de Novembro, valioso documento que nos vem tornar, cada vez mais arraigada, a convicção que sempre tivemos no valor civico de S. Exa. e a segurança de que não seria capaz de abandonar o posto em que o collocou o suffragio da Nação e que elle vem dignificando.

A vós. Srs. Deputados, renovo os meus agradecimentos pelas moções de apoio que votastes em homenagem ao meu e ao governo da União, pelas varias autorisações que me destes e, emlim, pelas demais provas de incondicional solidariedade que me prestastes naquella emergencia dolorosa para a Nação.

Civicamente digna foi a nossa attitude de prestigio ao patriotico governo com o qual o Espirito Santo mantem, não somente solidariedade politica, como também taes relações de ordem administrativa que, como sabeis, de serviços federaes se encarregou o Estado da execução, do mesmo modo que trabalhos estaduaes estão sendo feitos pela Federação.

Como vereis na parte especial, mantive o contracto com o respectivo departamento federal para certos serviços de hygiene.

Tambem para o commando do Regimento Policial Militar pretendo escolher um official do Exercito, tendo o meu desejo sido recebido com a maior solicitude pelo Snr. Ministro da Guerra.

Por outro lado, a cargo do Estado estão as obras do Porto de Victoria e em predios estaduaes funccionam as repartições dos Correios e dos Telegraphos.

Com todos os chefes de serviços federaes, entretem o meu governo relações as mais amistosas.

Relações inter-estaduaes

Da maxima cortezia são, tambem. as relações do Espirito Santo com as outras unidades federativas.

Alem da troca de saudares protocollarmente exigidos nas datas de galas nacionaes e nos actos de posse presidencial e abertura das

respectivas assembleas estaduaes, tenho recebido outras manifestações de cordialidade de varios Estados.

De todos tive a satisfação de receber a adhesão ao 8. Congresso

Brasileiro de Geographia, a realisar-se em Victoria.

Não tenho poupado esforços para o bom exito de tão importante certamen, para cuja installação, pelo decreto n. 6.310, de 5 de Setembro, marquei o dia 3 de Maio de 1926, epoca em que espero receber, nesta Capital, os delegados dos outros Estados do Brasil.

Durante os calamitosos dias da rebellião, mantive assidua correspondencia telegraphica com varios Estados e, notadamente, com os

de S. Paulo e kuo.

Aos Chefes de Estados que por aqui transitaram procurei prestar as homenagens devidas.

Associei-me, tambem, às manifestações de pesar tributadas pelo Brasil à memoria dos Drs. Raul Soares de Moura, Presidente de Minas e Hercilio Luz, Governador de Santa Catharina, fallecidos, o 1°, em Bello Horizonte, a 4 de Agosto e o 2°, em Florianopolis, a 21 de Outubro.

Suspendi o expediente nas repartições e decretei luto por tres dias.

Dir-vos-ei agora sobre as relações com os Estados que comnosco mantêm questões de fronteiras.

Relações do Espirito Santo com os Estados limitrophes

Ao assumir a direcção dos publicos negocios
Bahia espirito-santenses, encontrei o caso — Bahia versus
Espirito Santo — discutido num ambiente de desconfianças. Disputava a Bahia o limite pelo Riacho Doce; depois, pelo
Itaúnas, em virtude de interpretação dada á certa lei regencial; mais
tarde, pelo São Matheus, e, afinal, pelo Río Doce, após a publicação
do trabalho do Snr. Dr. Braz do Amaral.

O Espirito Santo pleiteava a divisa pelo Mucury, apoiado em dispositivos legaes, na tradição e no elemento cartographico.

Os meus dignos antecessores não conseguiram encaminhar, siquer, uma solução, apezar dos esforços empregados.

O governo Bernardino Monteiro mandou representantes aos dois Congressos de limites, reunidos na Capital do Paiz, sem haver obtido resultado.

A administração Nestor Gomes firmou um convenio, com o representante bahiano, no sentido de ser resolvida a pendencia por meio de arbitramento.

Escolhidos os arbitros, o accordo foi, como sabeis, approvado pelo nosso Congresso Legislativo e recusado pelo da Bahia.

Da data da regeição, em diante, voltou a questão a tomar um caracter irritante.

No fim da gestão administrativa do Snr. Cel. Nestor Gomes, no Juizo Federal da Secção do Espirito Santo, foi cumprida precatoria vinda do da Bahia, em termos asperos.

Encontrei, pois, o caso envolvido em uma atmosphera bem desagradavel.

Entre os primeiros dias do meu governo, tive ensejo de ser intimado, por intermedio do Juizo Federal do nosso Estado, de precatoria expedida pela Bahia, em que se salientava o «intuito firme e despropositado do Espirito Santo» «de arrebatar. malevolamente, á Bahia territorio verdadeiramente della», em uma luta de «força contra força» disputa retrograda e deponente a que o Estado do Espirito Santo provoca á mesma Bahia, de modo affrontoso e irritante», numa indifferença que espanta, num desassombro que escandalisa, ou num desrespeito que tudo relaxa, novamente perpetra invasões da mesma especie»... *transpondo provocantemente o Riacho Doce»,... «favorecendo uma usurpação mais importante e audaciosa»... «num destemor extensivo que é impossivel encobrir...»

E' da mesma precatoria o seguinte periodo:

"Esse avanço que despresa a lei, injuria o direito e desprestigia a justiça, não pode ficar em silencio. E a Bahia que até agora não acceitou o desafio mal intencionado do visinho Estado para essa liça traiçoeira e mesquinha, em que só se vêm ambições medidas por ambições..."

Dizia-se ainda no acto judiciario a que me venho referindo:

"....... A obra mal intencionada do E. E. Santo è gravemente infausta e irritante; è custoso supportar por muito tempo, pacientemente, uma lucta movida por meios tão despreziveis e mesquinhos. A Bahia sente-se aborrecida e aviltada.....

Os topicos acima transcriptos do mandado de intimação que recebi a 31 de Julho do anno proximo passado, mostram o prisma pelo qual a Bahia encarava a questão.

Por outro lado, as concessões feitas, pelo gaverno do visinho Estado do norte, na Lagoa do Curral, eram vistas, por nós, como actos de invasão.

A 3 de Setembro do anno proximo passado, ao Governador da Bahia, dirigi o seguinte officio:

«Exmo. Snr. Dr. Governador da Bahia:

Tenho a honra de solicitar a attenção de V. Exa. para as ponderações que passarei a adduzir e que se prendem á questão de limites deste com o Estado que V. Exa. tão superiormente dirige.

Com estranhesa para mim. foi este governo intimado de uma precatoria vinda do Juizo Federal da Secção da Bahia.

Os termos asperos do acto judiciario bem mostram que a expedição se deu á revelia de V. Exa.

A carta precatoria redigida de accordo com o requerimento do Promotor Publico da Comarca de Caravellas, perante o Supplente de Juiz Federal do Municipio respectivo e sem a audiencia do dr. Procurador Geral do Estado, envolve um desabuso da linguagem que V.

Exa. e qualquer de seus auxiliares directos teriam, de certo, evitado, dirigindo-se ao Administrador visinho, que sabe admirar e acatar, não somente o grande, nobre e historico Estado da Bahia, como tambem, seu illustre e eminente Governador.

O direito do Espirito Santo na defesa de seu territorio é tão respeitavel quanto o da Bahia e, embora não tenha sido, infelizmente. possivel chegar a um accordo, estou certo de que V. Exa. pensará como eu, não pondo em linha de conta a divergencia territorial para quebrar, ou mesmo estremecer de leve. os laços que ligam. ha muitos annos, os dois Estados da federação brasileira.

Aproveito o ensejo para reclamar, perante V. Exa., contra a concessão de lotes que está sendo feita na Lagoa do Curral, localidade que se acha até mesmo fora da zona que a Bahia considera litigiosa porquanto verte para o Itaunas e não para o Mucury.

Sabe V. Exa. que o districto de Itaunas, creado pela lei n. 4 de 4 de Julho de 1861, que o desannexou da Barra de São Matheus e o elevou á categoria de freguezia, dividiu-o ao Norte com o rio Mucury, começando no pontal Sul.

Esta lei, embora, provincial, foi submettida ao Conselho de Estado, que a approvou, passando, pois, a ser uma lei geral do Imperio.

Poderia, aqui, lembrar que as linhas do povoamento do solo do Norte do Espirito Santo começaram do Mucury, onde a colonisação se fez em virtude do Alvará de 3 de Março de 1699 e que o Mucury é o limite estabelecido pela cartographia brasileira, dentre a qual se destacam os trabalhos de Candido Mendes, Tito de Carvalho, Lacerda, Fausto de Souza, Macedo, Toledo Pisa, Damasceno Vieira, Homem de Mello, Moreira Pinto, Pinheiro Bittencourt, Mattoso Maia, Varnhagen, etc.

Teria a opportunidade de pedir a attenção de V. Exa.. não somente para o mappa organisado pela Inspectoria Geral de Terras e Colonisação do Imperio de 1878 e outras obras officiaes do antigo Imperio, como, até mesmo, para as obras bahianas de cunho official, como, por exempio, as de Botelho Benjamin e a carta topographica levantada, por ordem do Presidente da Bahia, dr. Souza Martins.

Poderia, emfim, fazer aqui um estudo juridico e historico-administrativo, no sentido de provar que é o Mucury o ponto limitrophe dos dois Estados, divisas estas aproveitadas, tambem, pela Santa Sé para estabelecer, em 15 de Novembro de 1895, o ponto terminal da Diocese do Espirito Santo.

Mas, não é meu intuito discutir semelhante questão neste officio, que tem por objectivo, em primeiro logar, fazer ver a V. Exa. os termos indelicados com que, sem sciencia de V. Exa., foi tratado o governo deste Estado na precatoria recebida e, em segundo logar, pedir a V. Exa. para sustar as concessões na Lagôa do Curral, zona que pertence ao districto de Itaunas, reconhecido pelo governo bahiano, como territorio espirite-santense, conforme se verifica da propria Mensagem, em 1912, apresentada ao Congresso Legislativo da Bahia e do protesto, em egual data, dirigido ao governo deste Estado e ao Presidente do Supremo Tribunal.

Confiado no espirito eminentemente republicano de V. Exa, aguardo que a nossa questão de divisas terá, afinal, uma solução digna e justa.

Apresento a V. Exa. as minhas homenagens de admiração, apre-

ço e cordialidade».

Transcrevo a seguir, para vosso conhecimento, os termos do officio que, em resposta ao meu, foi enviado pelo illustre Governador da Bahia, em data de 25 de Setembro.

«Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espirito Santo.

Tenho a honra de responder ao officio que V. Exa. dirigiu ao governo do Estado da Bahia em 3 do mez corrente, relativamente á pendencia de limites existente entre os Estados da Bahia e Espirito Santo.

Permitta V. Exa. que ao iniciar deste officio, mais uma vez, affirme os sentimentos de indestructivel união que identifica a Bahia com os demais Estados da federação brasileira, entre os quaes se destaca o que V. Exa. com elevação e patriotismo dirige, commungando desses mesmos sentimentos que representam o mais grandioso pedestal em que, tranquillamente, descança a hegemonia nacional.

Na preoccupação de defender pelos meios idoneos, o patrimonio territorial deste Estado, que está sob a minha guarda e constitue um dos deveres de honra do meu governo, tenho o mais vivo empenho de fazel-o, sem que haja o menor estremecimento na cordialidade em que sempre se mantiveram bahianos e espirito-santenses, brasileiros todos, sob a mesma bandeira, que nos engrandece e indentificados pelos mesmos ideaes que nos nobilitam e revigoram a consciencia da nossa nacionalidade.

E como sejam estes tambem os sentimentos de V. Exa., conto chegar ao termo desta pendencia de limites, mantendo integras e cada dia mais fortalecidas as sympathias que entrelaçam os dois Estados visinhos e irmãos, sendo reconhecidos os direitos reciprocos, uma obra de perfeita fraternidade nacional.

Quanto ao pedido que V. Exa. faz, relativamente à concessão de lotes na «Lagoa do Curral», devo declarar que esses terrenos pertencem incontestavelmente à Bahia, por titulo legitimo de dominio, posse e jurisdicção effectivas.

Sem querer alludir aqui, nos estreitos limites desta resposta, aos documentos que podemos invocar para pleitear nossa divisoria pelo Rio Doce—limite meridional da Capitania de Porto Seguro, nem referir-me aos direitos da Bahia á antiga villa de São Matheus, fundada pelo Ouvidor do Porto Seguro devo dizer a V. Exa. que se demorar sua esclarecida attenção no acto da Regencia de 11 de Agosto de 1831 ha, forçosamente, de chegar ás duas seguintes conclusões:

1—que elle não incorporou á antiga Provincia do Espirito Santo o territorio ao sul do Itaúnas, como ella visou obter para consolidar a posse precaria daquelle territorio;

2º que a lei de 1831 traçou limites definitivos entre a Barra de São Matheus e a Villa de São José de Porto Alegre e que, em virtude dessa lei, o Municipio de São José de Porto Alegre, que tinha por limite sul o Riacho Doce (conforme o livro da sua creação, cujo original a Camara possue) teve o seu territorio ampliado, até as Itaúnas.

O acto do Conselho da Provincia do Espirito Santo resolvendo que a povoação da Barra de São Matheus (sujeita á sua administração provisoria) fosse erecta em Villa, comprehendendo no seu termo o territorio de sua Freguesia, isto é, o que lhe assignalou o decreto de 11 de Agosto de 1831, veio confirmar o acto da Regencia.

Baseada, seguramente, nesses documentos, a Villa de São José de Porto Alegre estendeu, no interior, a sua acção administrativa até

á margem do Braço Norte do Itaúnas.

Em face, portanto, do exposto, nenhuma restricção pode a Bahia fazer á sua livre administração sobre o referido territorio.

O acto de 4 de Julho de 1861, a que V. Exa. allude não modifica o aspecto da questão:

1'—porque um acto provincial, ainda quando approvado pelo Conselho do Estado, não revogaria uma resolução da Assembléa Geral, tal como o decreto de 1831;

2'-porque tendo o referido decreto fixado os limites entre Barra de São Matheus (que estava provisoriamente sujeita á jurisdicção da Provincia do Espirito Santo) e a Villa de São José de Porto Alegre (que esteve sempre subordinada á Bahia) pelas *Itatinas*. não tinha a Provincia do Espirito Santo o direito de praticar, daquella data em diante, actos administrativos ao Norte do Itaúnas e muito menos—uma lei em que desmembrava parte do territorio da Barra de São Matheus para constituir a Freguesia de Itaúnas,—desannexar tambem uma parte do territorio da Villa de São José de Porto Alegre, que não estava sujeita á sua jurisdicção.

A Bahia sempre exerceu actos de posse e jurisdicção na região a que V. Exa. se refere (e que é exactamente a em que está sendo construida, com o protesto deste Estado, a estrada de ferro Itaúnas), bastando citar, entre outros, os inventarios de José Gazzinelli (em 1878) e de Angelo Gazzinelli (em 1880), nos quaes foram inventariados bens no «Palmital» e na «Lagoa do Curral» e as medições de lotes de terra feitas posteriormente nos mesmos logares, cujos processados foram devidamente processados.

Confio, sinceramente, que V. Exa., á vista destas ponderações, reconhecerá a improcedencia da reclamação constante do officio de 3 de Setembro e, levado pelos seus sentimentos republicanos, determinará a suspensão da construcção da estrada de ferro «Itaunas», que está sendo feita em territorio, incontestavelmente, bahiano.

Já deve ser do conhecimento de V. Exa. a correspondencia telegraphica que tive a honra de trocar sobre o assumpto com o Exmo. Snr. Ministro da Justiça, cujos intuitos patrioticos todos louvamos e, ractificando quanto nella se contem, asseguro a V. Exa. que, a despeito de já ter sido constituido na Capital Federal um advogado, o Exmo. Snr. Dr. Eduardo Espinola, para pleitear perante os Tribunaes os direitos deste Estado, tenho o mais vivo desejo de solucionar amigavelmente, no mais breve praso de tempo, esta questão que, naturalmente, prejudica a vida administrativa dos dous Estados interessados.

Assevero a V. Exa. que a Bahia nutre o mais fervoroso desejo de que seja resolvido o caso com a maior elevação e justiça.

Reitero a V. Exa. as minhas homenagens de alta estima e elevado apreço. Francisco Marques de Góes Calmon».

Como vedes, serios embaraços se oppunham á solução da pendencia.

Na zona litigiosa também não remava a cordialidade entre os habitantes.

Cada um dos dois Estados, na supposição de que o Mucury lhe pertencesse, attribuia a invasão do outro qualquer acto de jurisdicção naquella localidade.

Devemos acreditar que todos estivessem agindo de boa fé, mas as marches e démarches, a má comprehensão e motivos varios que hoje, não seria conveniente investigar, tinham dado uma feição antipathica á questão.

No intuito de procurar uma solução pacifica, mandei ao Rio o Secretario da Presidencia, munido das necessarias credenciaes e levando ao Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores o seguinte officio, dirigido em data de 6 de Setembro:

«Tenho a honra de communicar a V. Exa. que ao dr. Carlos Xavier Paes Barretto dei a incumbencia de, perante esse Ministerio, encarregar-se do encaminhamento das questões de limites deste Estado.

A V. Exa, serei grato pelo acolhimento que der ao commissionado deste governo-

Aproveito o ensejo para reiterar as homenagens de minha admiração, apreço e consideração.— Florentino Avidos. Presidente do Estado.⁹

O meu commissionado entendeu-se com S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça, com o commandante Thiers Flemming que, naquelle Ministerio, tem a incumbencia do estudo das questões de limites inter-estaduaes e com os delegados bahianos, drs. Eduardo Spinola e Braz do Amaral, e deu algumas entrevistas, explicando o caso, a jornaes cariocas.

Não tendo, comtudo, sido possível um entendimento decisivo, determinei a ida do mesmo representante á Bahia.

O terreno não estava favoravel para um accordo.

O proprio telegramma do Sr. Ministro da Justiça, communicando a ida do meu delegado, fóra mal comprehendido, jornaes havendo que o taxaram de impertinente.

Seguindo as instrucções por mim dadas, o delegado do meu governo explicou, pela imprensa local, os intuitos que o levaram a tratar directamente com o Chefe do Executivo Estadual Bahiano.

Considerado de melhor alvitre um accordo directo, propoz a Bahia a seguinte divisoria:

«Da foz do Riacho Doce seguir pelo Thalweg, desse curso dagua até onde elle se bifurca : dahi, pelo braço do sul, até a sua nascente ;

dahi, por uma linha, direcção leste-oeste, até alcançar, no ponto mais proximo, o braço norte das Itaunas; dahi, por este braço acima, até encontrar o Corrego Barreado; dahi, pelo Barreado acima, até a confluencia do Palmital; dahi, pelo Palmital acima, até encontrar as fronteiras de Minas».

A' proposta acima, contra-formulei, acceitando o ponto de partida indicado pela Bahia; da foz do Riacho Doce, seguindo, comtudo, pelo tronco principal e mais longo, até sua nascente, de onde seria tirada uma recta, até a Lagôa Sapucaieira e, dahi, ao rio Mucury, cujo curso seguir-se-ia, dahi em diante.

A minha proposta estava, entretanto, subordinada ás condições contidas no mandato passado ao delegado do meu governo, nos termos a seguir:--«... o governo do Estado do Espirito Santo nomeia e constitue seu bastante procurador e advogado, o doutor Carlos Xavier Paes Barretto, brasileiro, casado, magistrado, a quem concede plenos poderes para o fim especial de firmar com o Estado da Bahia um convenio sobre limites dos dois Estados, em toda a região onde confinam. Para tal fim, confere ao seu procurador todos os direitos permittidos em lei, apenas com as resalvas a seguir:-Primeira. No accordo a estabelecer-se, fixar-se-á um praso para ser corrida a linha de limites, por uma commissão de technicos, composta de um engenheiro de cada Estado e dos auxiliares que elles julgarem necessarios. Uma vez procedido o levantamento da linha e assignada, em duplicata, a planta, o convenio será ratificado pelos Chefes do Executivo Estadual da Bahia e do Espirito Santo e. em seguida, submettido, pelos meios regulares, á approvação do Poder Legislativo. Segunda. O convenio, mesmo depois de ratificado, terá o caracter provisorio e durará até, quando uma decisão do Poder competente vier irrecorrivelmente determinar os limites definitivos dos dois Estados, se alguma das partes entender de recorrer a esse Poder. Terceira. Si a divisão acima alludida alterar o que ficar estabelecido no convenio, o Estado que ora tiver ficado com territorio a mais, perderá, dessa cpoca em diante, o direito á região, sem nenhum outro compromisso de effeito retroactivo ou indemnisação sob qualquer motivo...>.

A Bahia apresentou nova formula que, «partindo da foz do Riacho Doce, seguisse pelo Thalweg, desse curso dagua, até sua nascente, ou, mais precisamente, até onde elle conserva a direcção lesteoeste, que é a direcção traçada no mappa do Espírito Santo; dahi por uma linha recta, a alcançar o ribeirão no braço norte do Itaunas, na foz do Corrego Taquara; dahi, pelo Palmital acima, até a sua nascente; dahi, por uma linha recta, até Santa Clara».

Insisti pela divisoria seguindo pelo Thalweg do Riacho Doce e, tomando o tronco principal, mais longo e mais volumoso, até a sua nascente; acceitando, comtudo, que tomasse a direcção geral de uma recta até Santa Clara.

Na ultima reunião, no Palacio da Acclamação, na Bahia, devidamente autorisado por mim, o representante deste governo combinou com o Exmo. Snr. Dr. Góes Calmon a suspensão provisoria das negociações, até ser feito o levantamento da zona.

Do telegramma abaixo transcripto verificareis a cordialidade com que foram encaminhadas as negociações.

Bahia, 23. Dr. Florentino Avidos, Presidente do Estado. Victoria. - Não obstante meus reiterados desejos de solução pendencia de limites, não me foi possível acquiescer solicitações de V. Exa. feitas em telegramma de 15 do corrente, em virtude da divisoria suggerida abranger grande extensão de territorio bahiano, de que sempre estivemos de posse. Peço permissão insistir ultima proposta bahiana inspirada nos melhores intuitos conciliatorios. Tendo verificado divergencias entre mappa organisado na Barra de São Matheus em 1919, pelo engenheiro Antonio Nunes Santo Amaro, e o que foi ultimamente organisado já na Presidencia de V. Exa., ambos trazidos pelo dr. Carlos Xavier Paes Barretto, bem como entre esses mappas e os que aqui temos, combinamos suspender temporariamente negociações até levantamento da zona por engenheiros de ambos os Estados. Communico a V. Exa. que o dr. Paes Barretto seguiu hontem para essa Capital, levando copia da acta em que estão narradas as principaes phases das nossas negociações. Queira V. Exa. acceitar minhas cordiaes saudações e a certeza da magnifica impressão que nos deixou o dr. Paes Barretto, -cujos sentimentos de cordialidade e alta distincção pessoal sobremodo penhoraram o governo e o delegado bahiano dr. Pedro Fontes. (a) F. M. Góes Calmon.

Em face do accordo constante da acta lavrada a 19 de Dezembro, seriam, para tal serviço, designados engenheiro e fiscal por parte de cada Estado.

Os dois technicos escolheriam os auxiliares que julgassem necessarios, devendo estas ultimas despesas ser rateadas. O trabalho seria iniciado dentro de trinta dias.

Dentro do praso, designei, pelo decreto nº 6.527, de 3 de Janeiro do corrente anno, para o serviço de levantamento e reconhecimento da zona, o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida, superintendente, em Victoria, da Estrada de Ferro Victoria á Minas, de cuja directoria obtive o necessario consentimento. A Bahia nomeou o dr. Alexandre Lopes da Costa. Os dois technicos estão executando o trabalho na maior harmonia de vistas.

Depois de feito o serviço e organisada a planta, é de crer que, sem embaraços, seja firmado o convenio, já encaminhado, e que, embora não definitivo, durará conforme pretendo até quando uma decisão do Supremo Tribunal, si alguma parte a esta corporação recorrer, vier, irrecorrivelmente, determinar, com precisão, os limites.

Como vedes, si outro resultado não tivesse a acção do actual governo, bastaria, para não tornal-a improficua, a vantagem de haver substituido a attitude de desconfianças que predominava, por essa corrente de cordialidade e brasileirismo, que hoje estreita os dois Estados.

A questão de limites com o Estado de Minas pende de decisão do Supremo Tribunal Federal, perante o qual interpoz acção de nullidade de arbitramento o Espírito Santo, por intermedio do

seu advogado, o inolvidavel conselheiro Ruy Barbosa.

Embora a confiança que tenho na Justiça, para a hypothese representada na mais alta corporação do Brasil, pretendo enviar emissario ao governo mineiro, no intuito de procurar solucionar a pendencia por um accordo directo.

A acta, lavrada na Sociedade de Geogra-Rio de Janeiro phia do Rio de Janeiro, a 5 de Setembro de 1919, pelos delegados do Espirito Santo e Rio, respeitou a tradicional linha de limites pelo rio Itabapoana. O accordo, pelo Congresso Legislativo do Estado do Espirito Santo, foi approvado em 1º e 2º turnos, em 1919 e 1920.

A 30 de Agosto do anno passado, enviei os documentos necessarios ao Congresso Nacional, para a devida homologação que penso não ter sido feita por falta, ainda, de approvação, no 2º turno do Congresso Legislativo fluminense.

Politica interna

Relações com o Poder Legislativo estadual

Tenho recebido todo o apoio e as mais constantes demonstra-

ções de solidariedade do Poder Legislativo.

Respeitando em toda a linha a independencia e a dignidade das vossas funcções, hei tambem procurado prestigiar a vossa acção e cumprir os actos que de vos são emanados.

A nenhum pedido meu deixastes de attender, pressurosa e cabalmente.

Da minha parte, vetei, apenas, o projecto de lei n. 57, pelas razões que expuz em mensagem especial de 6 de ¡Agosto.

A sancção de tal lei importaria em estabelecer-se uma classe de aposentados com direito á percepção dupla da vantagem da tabella.

Felizmente, o meu gesto foi bem comprehendido por vós que nova lei me enviastes.

Relações com o Poder Judiciario

Entre o Poder Executivo e o Judiciario têm sido mantidas as relações de harmonia e independencia, constitucionalmente prescriptas.

A lei nº 1.465, de 14 de Agosto de 1924, de Organisação Judiciaria assegura, perfeitamente, o prestigio e a autonomia da classe.

Durante a minha administração, deram-se no Tribunal Superior duas vagas de desembargador. A primeira foi aberta pelo decreto nº 6.520, que, a 30 de Dezembro, expedi, aposentando o desembargador Lourenco de Moraes Freitas Barbosa.

Em observancia ao art. 14 da lei de Organisação Judiciaria, pelo decreto nº 6.541, de 10 de Janeiro, nomeei, por antiguidade absoluta o dr. Josias Baptista Martins Soares, que, possuindo os melhores titulos para o cargo, occupava o nº 1 na lista dos juizes.

O decreto nº 6.740 de 31 de Março do corrente anno aposentou o desembargador Antonio Ferreira Coelho que, pelo decreto nº 6.754 de 7 de Abril, foi substituido pelo dr. José Antonio Lopes Ribeiro,

Na magistratura de 2º instancia verificaram-se diversas vagas,

Para a comarca de Victoria, de 3º entrancia, nelo decreto nº 6.092, de 3 de Junho de 1924, removi, por accesso, o dr. Christiano, Vieira de Andrade, da comarca de Santa Leopoldina, para onde, tambem, por accesso, foi, pelo decreto nº 6.096, de 4 de Junho, removido o dr. Oscar de Faria Santos, juiz de Pau Gigante, para cuja comarca pediu, e, pelo decreto nº 6.315, de 6 de Setembro obteve, remoção o dr. João Claudio Carneiro Campello. O decreto nº 6.286, de 27 de Agosto, declarou avulso o dr. Gilson Vieira de Mendonça, juiz de direito de Santa Thereza, comarca que, pelo decreto nº 6.341, de 17 de Setembro, designei para nella ter exercicio o dr. Cassiano Cardoso Castello, então em disponibilidade.

O decreto nº 6.316, de 6 de Setembro, removeu, a pedido, o dr. Danton Bastos, de Benevente para Alfredo Chaves.

Mediante concurso e classificação do Tribunal Superior de Justiça, foram nomeados, respectivamente, juizes de direito de Santa Cruz, pelo decreto nº 6.430, de 30 de Outubro, de Collatina e Anchieta, pelos decretos ns. 6.445 e 6.445 A, de 8 de Novembro, de Itaguassú e Affonso Claudio, pelos decretos ns. 6.449 e 6.450, de 11 de Novembro, os drs. Mirabeau da Rocha Pimentel. Euripedes Queiroz do Valle. Ernesto da Silva Guimarães, Gumercindo de Souza Mendes e Lourival de Almeida.

Posto em disponibilidade o dr. Mirabeau Pimentel, pelo decreto nº 6.462, foi novamente a concurso a comarca de Santa Cruz e para ella, após a observancia das formalidades legaes, nomeado, pelo decreto nº 6.643 de 12 de Fevereiro, o dr. Francisco de Assis Torres Bandeira.

Fiz. como vedes, seis nomeações de juizes.

A lei nº 1.469 concedeu augmento de vencimentos dos magistrados e o decreto n 6.448 regularisou o respectivo processo de aposentadoria.

Junto ao Tribunal Superior de Justiça lunc-Ministerio Publico ciona o procurador geral do Estado, que é, ao mesmo tempo, o chefe do Ministerio Publico.

Com a escolha do dr. Josias Soares para desembargador, nomeei, pelo decreto nº 6.542, de 10 de Janeiro, o dr. Ubaldo Ramalhete Maia, procurador geral do Estado.

Durante o impedimento do dr. Josias Soares, exerceram, interinamente, o cargo os drs. Carlos Xavier e Ubaldo Ramalhete.

As promotorias do Estado estão todas preenchidas.

Relações com os Municipios espirito-

Tem o meu governo mantido a maior solidariedade e harmonia de vistas com os das trinta e uma unidades de que se compõe o Estado.

De todas as municipalidades havia eu, pessoalmente, recebido as mais inequivocas provas de apreço, antes mesmo de assumir a

administração.

Na moção de solidariedade apresentada ao Supremo Magistrado Lacional, a 15 de Novembro do anno proximo passado, as Camaras Municipaes do Estado, sem discrepancia, deram-me a demonstração plena de sua confiança.

Intervim no Municipio de Santa Thereza. em face da annullação,

que determinastes, das eleições para a renovação da Camara.

Pelo decreto nº 6.093, de 3 de Junho, nomeei o Sr. José Francisco Lugon Junior interventor, para a direcção provisoria daquelle Municipio.

Terminou o mandato com a posse dos novos eleitos.

Municipios ha que necessitam, no momento, do auxilio do Estado. Penso que a melhor e mais segura medida para ir ao encontro dos municipios, garantindo, ao mesmo tempo, os interesses estaduaes, seria por meio de um emprestimo. Dir-vos-ei sobre o assumpto em mensagem especial.

Na Organisação Municipal que promulgastes, pela lei nº 1.468, ficaram bem solidamente firmadas as prerogativas autonomicas dos

Municipios.

Vultos espirito-santenses fallecidos

A 6 de Junho de 1924, perdeu o Espirito Santo o Barão de Monjardim, primeiro presidente eleito do Estado e tambem presidente da Provincia nos dias idos do regimen monarchico.

O enterro do velho servidor do Estado foi feito ás expensas do

governo, que. tambem, estabeleceu luto official.

A 23 de Agosto, falleceu o deputado estadual José Cupertino e, a 15 de Setembro, o pharmaceutico João Aguirre, que, no Estado, exerceu varios cargos electivos e de nomeação.

O Estado prestou á memoria dos illustres extinctos as suas homenagens.

A 6 de Março, perdeu o Espirito Santo, um valoroso servidor, o Tenente-Coronel Abilio Martins, commandante do Regimento Policial Militar, onde vinha prestando ao meu governo inestimavel concurso.

Legislação

Para elaboração das leis complementares da Constituição, tive a honra de offerecer á vossa commissão de justiça ante-projectos que foram sufficientemente estudados, discutidos, alterados e completados de modo a sahirem tres organisações, contendo principios liberaes e

democraticos, como são as leis nº 1.440, de Organisação Administrativa, 1. 468, de Organisação Municipal e 1.475, de Organisação Judiciaria. Exigindo condições de idoneidade e o cumprimento extricto dos deveres, a 1a. Organisação collocou, em troca, o funccionario em plano superior aos de muitos Estados, a 2a. e a 3a. vieram garantir as prerogativas dos Municipios e as do Poder Judiciario.

Como consequencia da lei de Organisação Administrativa, baixei, a 27 de Setembro, o decreto nº 6.363. reorganisando os diversos ramos da administração publica: Tocurei no regulamento imprimir uma lei garantidora dos direitos dos funccionarios e do bom andamento dos trabalhos.

Pelo decreto nº 6.443, de 6 de Novembro, dei regulamento aos serviços da Secretaria de Agricultura, Terras e Obras, pelo nº 6.501, de 20 de Dezembro, aos do Ensino Publico e pelo de nº 6.745, de 4 de Abril, ao da Fazenda. Já se acha em vias de conclusão o da Secretaria do Interior.

Devo dizer-vos que, para os trabalhos que vos enviei como subsidio ás tres organisações e ás leis referentes á força policial e á materia eleitoral, e, bem assim, para o regulamento geral dos serviços e para os especiaes, não dispendeu o Estado senão a quantia de 2:000\$000 dada ao jurista que collaborou na lei de Organisação Judiciaria. As demais foram elaboradas no Gabinete da Presidencia.

Ordem publica

Não tem havido a menor perturbação da ordem publica em todo o territorio espirito-santense. Indicado pela convenção política de 19 de Janeiro em sua unanimidade, eleito por todas as correntes políticas do Estado, tomei posse por entre os generosos applausos de todos e encontrando o Estado numa athmosphera de paz, que ainda perdura.

Não obstante a affluencia em massa de elementos estranhos aqui, vindos em busca de trabalho e no meio dos quaes ha tambem perturbadores, graças à indole pacifica dos espirito-santenses e á acção efficaz da justiça e da policia, a ordem publica não tem sof-frido alteração.

Duas greves na Capital: uma dos operarios em geral e outra dos empregados dos Serviços Reunidos, tomaram, ambas, o caracter pacífico, sendo facilmente dominadas.

No proprio periodo do Carnaval, não obstante o augmento da população da Capital, não houve facto algum a lamentar.

Louvores merece a nossa policia pelo criterio com que agiu.

Eleições

Procedeu-se, a 26 de Junho de 1924, em todo o Estado, á eleição para o preenchimento das tres vagas existentes no Congresso Legislativo e, a 24 de Fevereiro, á eleição para a renovação do Congresso.

Os pleitos correram livremente, não havendo nota alguma de perturbação da ordem em quaesquer das secções eleitoraes.

Archivo Publico

O Archivo Publico, reerganisado em 1908 e collocado na ala esquerda do Palacio, solfreu a primeira mudança para uma das dependencias do Congresso, de onde sahiu para outro compartimento do mesmo edificio, e dahi, novamente, para a parte baixa do Palacio, onde se encontra.

As varias transferencias, uma inundação de que foi victima e outros motivos deixaram o Archivo em lamentavel estado.

Departamento de grande importancia á administração publica, deposito dos documentos que interessam á vida do Estado em suas multiplas relações de ordem política e administrativa, como é o Archivo, a situação deploravel a que chegou acarreta os mais serios embaraços.

Tenho o maximo empenho de reorganisar o Archivo em um predio apropriado e com as acommodações necessarias para a conservação dos documentos existentes e dos que se acham nos archivos particulares de cada Secretaria.

Já adquiri para tal fim o terreno e pretendo, dentro em breve, iniciar a construcção do predio.

Bibliotheca

A nossa Bibliotheca, installada desde 16 de Julho de 1855, na presidencia de Sebastião Machado, e restaurada em 1908, embora não esteja como seria de desejar, está em condições de modestamente, satisfazer ao seu fim.

Pretendo enriquecel-a com obras e construir um edificio vasto, commum para a Bibliotheca e Archivo.

Pela lei nº 1447, de 16 de Julho do anno passado, foi creado o logar de Superintendente do Archivo e da Bibliotheca.

Imprensa Official

A imprensa official estava, de muito, a onerar os cofres publicos. Estudei cuidadosamente o assumpto e verifiquei a inconveniencia da manutenção dos trabalhos do modo como estavam organisados.

Constituia a imprensa official um serviço autonomo, mas, por insufficiente producção de renda para occorrer às proprias despezas, era forçado o Thesouro a entrar com o necessario para supprir as respectivas differenças, porque não era possível ao governo suspender, nem mesmo interromper, a publicação dos actos officiaes.

No ultimo balanço trimestral, apresentado a 30 de Agosto de 1924, pelo director commercial do «Diario da Manhã», se verificou um deficil de Rs: 9:740\$000, não obstante a dotação mensal de 10:000\$000,

A perspectiva de menores prejuizos, levou-me ao acto de 1º de Outubro do anno passado, revogando o decreto nº 4.440, de 28 de Julho de 1921 e assignando o contracto de arrendamento com a firma Marcondes & Cia.

Passou, então, o Estado a dispender a quantia de Rs: 5:000\$000 para a publicação dos actos officiaes e mais 1:100\$000 de vencimentos de um redactor e um revisor; ao todo 6:100\$000, ou sejam, 67:200\$000, annuaes, quantia, como se vê, inferior á verba de Rs: 120:0000\$000, constante do vigente orçamento da despeza.

Procurei, tambem, no contracto defender os interesses dos funccionarios, obrigando o contractante a fornecer a assignatura do «Diario da Manhã» pelo preço de 28000 mensaes, não obstante estar sendo vendido a particulares a \$200 cada exemplar.

Junta Commercial

Continua a funccionar com toda a regularidade a Junta Commercial, não tendo havido necessidade de convocar reunião no collegio eleitoral, por se não ter verificado vaga alguma de deputados.

Funccionalismo

O decreto nº 6.364, de Setembro, reorganisou os diversos ramos da Administração, melhorando a situação do funccionalismo, com a garantia da vitalicidade, após 20 annos de serviços, a concessão de ferias e a de licença com todos os vencimentos, até tres mezes, por molestia, garantia da aposentadoria com todos os vencimentos, depois de 30 annos, contando o tempo de serviço municipal e de varios trabalhos do Estado.

Attendendo á carestia dos generos indispensaveis á manutenção da vida, foi incorporado aos vencimentos o auxilio que percebiam.

Autorizado pela lei nº 1.469, de 18 de Agosto de 1924, baixei tambem a 5 de Setembro o decreto nº 6312, estabelecendo um augmento provisorio nos vencimentos dos funccionarios publicos.

Subordino meu acto ao vosso exame e deliberação.

Por outro lado, não se prestando mais o Banco do Espirito Santo a fazer transacções de emprestimo a funccionarios publicos, regulamentei a vossa lei nº 1441, de 8 de Junho de 1924, facultando aos funccionarios os pequenos emprestimos por intermedio da Caixa Beneficente «Jeronymo Monteiro», em condições mais favoraveis do que vinham sendo feitos mediante juros mais commodos.

Na parte relativa à Secretaria da Fazenda, encontrareis informações detalhadas sobre as operações feitas em virtude dessa lei.

Auxiliares directos da administração

Na conformidade do art. 4º da lei nº 1.440 de Organisação Administrativa, são auxiliares directos do Presidente do Estado os Secretarios de Estado do Interior, da Agricultura, Terras e Obras. da Fazenda, da Instrucção e o da Presidencia.

A Secretaria do Interior teve grande desdobramento, ficando-lhe affectos os multiplos serviços concernentes à politica externa e interna, á publicação de leis e decretos, à hygiene, à policia, à imprensa, ao serviço eleitoral, à Bibliotheca, ao Archivo Publico e aos serviços administrativos que não competirem á outra Secretaria. Desde o começo do meu

governo, superintende a Secretaria do Interior o dr. José Antonio Lopes Ribeiro, que exercia as funcções de juiz de direito da Capital.

A Secretaria de Agricultura, Terras e Obras, com as suas ramilicações pela industria, commercio, emprehendimentos geraes, viação e colonização, está a cargo do dr. Moacyr Monteiro Avidos.

Como esteja a cargo dessa Secretaria, a totalidade das obras do Estado, e no momento actual, o desenvolvimento e a importancia de taes obras não permittam ao respectivo Secretario occupar-se da parte propriamente do expediente geral, designei o director de Agricultura, Terras e Colonisação. dr. Bemvindo Novaes, para encarregar-se do expediente, autorisando-o a assignal-o pelo Secretario.

Desdobrados ficarão os trabalhos da Secretaria durante o tempo em que o governo estiver executando o seu programma de obras.

A Secretaria da Fazenda, que dirige todos os negocios referentes á economia financeira do Estado, tem como chefe o Coronel Alziro Vianna e a da Instrucção, que envolve os serviços relativos ao ensino estadual, está chefiada pelo dr. Mirabeau Pimentel.

Os dois ultimos vinham prestando já os seus serviços desde o governo passado, nos mesmos cargos em que os aproveitei.

E' Secretario da Presidencia, o dr. Carlos Xavier.

Secretaria do Interior

Dentre os varios serviços, hoje pertencentes á Secretaria do Interior, foram destacados pelo respectivo auxiliar do governo, no seu relatorio, alem dos referentes ao serviço eleitoral, os da Segurança e Hygiene Publicas.

Está a superintendencia da policia civil e militar a cargo do Secretario do Interior, com attribuições directas de Cheie de Policia.

Na policia civil é, em virtude da lei nº 1.431 de 7

Policia Civil de Junho, auxiliado por um delegado geral e dois delegados auxiliares, com jurisdicção em todo o Estado, 31 delegacias de policia nos Municipios, subdelegacias em todos os districtos e inspectores nos sub-districtos.

Lembra o Dr. Secretario do Interior a necessidade de dividir o Estado em regiões, compostas de uma ou mais Comarcas e serem os delegados escolhidos dentre os juristas, estabelecendo-se, assim, a policia de carreira. Pede, ainda, o mesmo auxiliar do governo o augmento do effectivo da Guarda Civil e do Corpo de Segurança Publica. Resente-se, tambem, a policia de um regular serviço de assistencia para soccorros urgentes e da organisação do Gabinete Medico Legal.

Estou fazendo passar por uma radical reforma o Posto Central de Policia, ampliando-o, de modo a possuir os devidos requisitos para a multiplicidade dos serviços.

Em face do contracto de 29 de Novembro Policia Militar de 1923, o governo federal considerou nossa policia como força auxiliar do Exercito da 1º linha. Dando cumprimento ás obrigações contractuaes, a lei estadual

nº 1.475, de 22 de Agosto ultimo, reorganisou a força publica, sob a denominação de Regimento Policial Militar. com um effectivo de 568 homens, divididos em 5 companhias. um pelotão de hombeiros e um esquadrão de cavallaria.

Deixou, assim. de ser a policia um corpo para constituir um regimento com 3 quadros: o ordinario, o technico e o supplementar.

Diversos melhoramentos fiz no predio onde funcciona o quartel de policia, embora nenhum reparo tenha sido de resultado satisfatorio.

Trata se de construido se fundações e que desde que se inaugurou, vem soffrendo reparos sobre reparos e servindo sempre mal.

E' minha opinião que mais conveniente seria edificar um novo

predio e aproveitar-se o local do actual para novas construcções.

A policia militar perdeu, como sabeis, o seu commandante, Tenente Coronel Abilio Martins.

Desejando que a nossa força fique apparelhada de modo a poder acompanhar os progressos da verdadeira educação militar, penso em fazer recahir a escolha em um official do Exercito que ás qualidades de commando reuna a competencia technica capaz de imprimir a verdadeira instrucção cívico-militar á nossa força.

Não é que desconheça o merecimento e a dedicação dos officiaes

da nossa policia.

O desejo, porém, de conseguir os fins acima expostos, levaram-me a procurar um militar de conceito elevado e que tenha o curso de aperfeiçoamento da Missão Franceza.

Penitenciaria lhido para a Penitenciaria. Em todo o caso, estou completando obras começadas, dando-lhes novas adaptações. Até esta data, 48 sentenciados foram recolhidos á Penitenciaria do Estado.

O estado sanitario do Espirito Santo tem Hygiene Publica sido regular. Apenas, no interior, tivemos de soccorrer as municipalidades de Guarapary, onde o impaludismo atacou mais de 150 pessoas, e de Rio Novo, que fora victima da febre, de caracter typhico.

O governo do Estado já encommendou o material necessario

para o reparo do serviço de abastecimento de Guarapary.

Evitando-se o uso de agua de poços contaminados modificará sensivelmente o estado sanitario daquella saudavel região.

A execução no Espirito Santo dos trabalhos de saneamento e, especialmente, os de combate ás principaes endemias dos campos, lepra e molestias venereas, continua a ser feita pelo governo federal com as indicações regionaes durante o praso de dois annos, si antes disso não houver rescisão ou suppressão de serviços.

Por accordo firmado a 31 de Março do corrente anno entre o governo do Estado e o Departamento Nacional de Saude Publica, fiz algumas modificações ao contracto de 23 de Agosto de 1921.

Dispende annualmente cada uma das partes a importancia de

Rs. 233:540\$000, podendo para melhor uniformidade dos trabalhos accumular o chefe da Commissão Sanitaria as funcções sanitarias do Estado, se isto ao governo estadual convier.

Para auxiliar ao director de hygiene foram creados, pela lei nº 1.453 de 29 de Julho do anno passado, os logares de inspector de prophylaxia e de um auxiliar de demographia.

Dentre os problemas sanitarios que estão a exigir estudo e solução, destaca-se a lucta contra a malaria e o typho, molestias proprias da zona baixa do Estado e contra a tuber vilose, da zona calta. —

Tem sido feita, do melhor modo possível, a prophylaxia antiinfecciosa e, na Capital, tomadas as providencias de engenharia sanitarias, fiscalisação dos generos alimenticios, drenagens de aguas pluviaes, etc.

O grande numero de obras, todas de caracter urgente, de nossa Capital me não permittiu ainda dar execução cabal á lei nº 1.435 de 9 de Julho, em que me concedestes autorisação para entrar em accordo com a Santa Casa de Misericordia, no sentido de regularisar o serviço de assistencia publica.

Mister se fazia, em primeiro logar, a desoccupação, para devidos reparos e reformas de varios pavilhões e, depois, a construcção de outros novos, porquanto em mau estado se encontram quasi todos os edificios da Santa Casa.

O pavilhão em que se agasalham as creanças do Orphanato Santa Luiza se acha em situação perigosa. Para desoccupar tal pavilhão, combinei com a administração da Santa Casa na transferencia dos orphãos para o edificio de Santa Clara, onde também se fizeram necessarios alguns reparos.

A esse edificio, construido para residencia presidencial pelo governo passado, foi pelo mesmo governo dado outro destino com a construcção de dois grandes pavilhões.

E como se não prestasse o predio para nenhum dos fins visados, dei uma applicação util e immediata, embora provisoria.

Secretaria da Instrucção

Tem constituido uma das principaes preoccupações do meu governo a instrucção, cujos serviços continuam a constituir uma Secretaria de Estado. A 20 de Dezembro ultimo, baixei o decreto nº 6.501, regulamentando o ensino no Estado.

Embora procurasse evitar alteração fundamental no systema anterior, varias modificações foram introduzidas, das quaes vae o Estado obtendo os mais satisfatorios resultados.

Ao ensino primario dei, pelo decreto acima citado, alguma ampliação, com o desdobramento das escolas, para melhor diffusão do ensino, a instituição do curso das ferias e o do escotismo, nas escolas.

No Espirito Santo os resultados apresentados pelas escolas compensam os esforços do governo.

O ensino primario é ministrado nas escolas isoladas, escolas reunidas, grupos escolares e escola Modelo. No anno proximo passado, foram matriculados 70 alumnos na Escola Isolada Modelo, 496 na Escola Modelo, 18.335 nas 372 escolas isoladas. 268 no Grupo Escolar «Gomes Cardim» e 250 no Grupo Escolar «Bernardino Monteiro», em Cachociro de Itapemirim, e 250 nas escolas reunidas de Collatina. Veado e São Matheus.

Fiz acquisição de varios predios e materiaes para as escolas primarias.

O decreto vigente manteve o concurso para os professores, dando, entretanto, o caracter de provisora até completar o funccionario, cinco annos de effectivo exercicio.

O ensino secundi a a a a divide-se no curso do professorado e no gymnasial.

Para os que se dedicam ao professorado, mantem o governo a Escola Normal e considera á ella equiparados o Collegio Nossa Senhora Auxiliadora e o Gymnasio São Vicente de Paula.

O decreto que baixei, trouxe alterações nas distribuições das cadeiras e respectivos programmas, simplificando-os, e estabeleceu mais uma cadeira: a de hygiene escolar infantil.

A Escola Normal tem o seu curso dividido em quatro annos e foi no anno passado cursada por 126 alumnos.

Mantem o batalhão e o theatro infantil e a «Revista do Ensino».

Entre o curso normal e primario, ha o intermediario, que e o complementar. Era de um anno. O decreto n'6.501 o desdobrou em dois, proporcionando, assim, a possibilidade de aperfeiçoar o curso primario para que levem maior somma de conhecimentos os candidatos ao curso normal.

Succede, ainda, que, exigindo a lei, a idade de 14 annos para a matricula na Escola Normal, foi de vantagem mais um anno anteriormente a tal matricula, alim de que não ficassem aguardando idade os que terminassem o curso primario, tendo menos de 14 annos.

No anno de 1924 matricularam-se 145 alumnos.

As Escolas Modelo e Complementar, Isolada Modelo e Normal funccionam sob a denominação de Escola Normal e Annexas. Tiveram ellas no anno passado a frequencia de 837 alumnos.

O Gymnasio do Espírito Santo encontra-se, ainda, em edificio improprio ao regular funccionamento. Estou empregando esforços para resolver a difficuldade.

Dentre as falhas de que se resentia o Gymnasio era uma das mais graves a de um Gabinete apropriado ao ensino pratico de Historia Natural e Physica e Chimica.

Adquiri, na Italia, todo o material necessario ao estudo de Historia Natural e, bem assim, tudo quanto se fazia mister ao ensino de mechanica geral, mechanica dos liquidos e gazes, calor, magnetismo, electricidade estatica e electricidade dynamica.

A matricula do Gymnasio em 1924 foi de 118 alumnos.

Tenho procurado incentivar a iniciativa par-Ensino Particular ticular, no tocante ao ensino.

Dentre os varios collegios que gozam dos favores

do governo, destacam-se:

a) o Collegio N. S. Auxiliadora, o mais antigo estabelecimento particular existente no Estado, equiparado á Escola Normal, pela lei nº 235, de 8 de Abril de 1909 e superiormente dirigido, com uma frequencia de 585 estudantes, em 1924;

b) o Collegio Pedro Palacios, em Cachoeiro de Itapemirim, com

a treguencia de 107 aummos:

- c) o Cymnes Vicente de Paula, equiparado á Escola Normal, pelo decreto nº 6.411, de 18 de Outubro, e cujas auias ioram frequentadas por 156 meninos;
 - A o Gymnasio de Alegre, cuando por 94 alumn capa-

e) o Collegio Italo-brasileiro, em Santa Theresa, que no anno passado teve 103 alumnos.

O Collegio Americano, que tem 24 estabelecimentos espalhados pelo Estado e nos quaes houve, em 1924, a frequencia de 1.282 alumnos, nenhuma subvenção necessitou do governo, que lhe forneceu, entretanto, os materiaes didactico e escolar que foram requisitados.

Gosam ainda de favores do Estado a Escola Parochial de Santa Izabel, o Externato Anchieta, os collegios N. S. da Penha, Infantil, Iuventude e Sagrado Coração de Jesus.

Funccionaram em 1924, 386 escolas, sendo 14 de 1º , 72 de 2º e 300 de 3º entrancia.

Foi de 20.652 a matricula de alumnos no E. Santo.

Das 65 escolas, municipaes, que funcciona-Ensino Municipal ram no Estado durante o anno passado, apenas 37 enviaram mappas á Secretaria da Instrucção, accusando estes 1.326 matriculas.

Situação Financeira

Assás favoravel é, felizmente, a nossa situação financeira.

Demonstra-o, cabalmente, o balancete, publicado a 31 de Dezembro ultimo, do activo e passivo do Estado.

A receita ordinaria para todo o exercicio financeiro que, como sabeis, vae de 1º de Julho de 1924 a 30 de Junho de 1925, foi orçada em Rs. 14.015:000\$000.

Entretanto, no primeiro semestre elevou-se o apurado a Rs. 22.280:043\$235, accusando. assim, já, um saldo de Rs. 8.264:043\$235.

Tudo nos leva a crer que a arrecadação do segundo semestre do exercicio corrente não seja inferior a do primeiro semestre de 1924, montante em Rs. 7.921:536\$878.

Podemos, pois, prever que no anno administrativo vigente a arrecadação attinja, pelo menos, a Rs. 30.200:000\$000, devendo, assim, apresentar um *superavit* de 16.000:000\$000.

Não fossem os pagamentos devidos de exercicios anteriores e

não estivesse attendendo á necessidade de normalizar a nossa divida externa, teria o Estado um avultado deposito para assegurar a fiel execução do programma administrativo traçado pelo meu illustre antecessor e que tenho seguido em suas linhas geraes.

A liquidação de despezas autorisadas em exercicios anteriores excedeu de 1.500:000\$000, mister se tornando para sua liquidação mais 100:000\$000, em virtude de se haver esgotado a verba supplementar autorizada pela lei nº 1.470, de 18 de Agosto.

Por outro lado tive de reservar quantia superior a Rs. 4.000:000\$000 para o serviço de divide externa proveniente do am prestimo de 1910, que encontrei com 20 semestres de juros vencidos e não pagos.

Não obstante a responsabilidades, será ainda avultado o saldo disponivel e tenho as maiores esperanças de que elle me permettirá realizar o programma governamental já iniciado.

O confronto a seguir dos algarismos fornecer-vos-á elementos para um juizo seguro.

Do orçamento que votastes para o actual exercicio (1º de Julho de 1924 a 30 de Junho de 1925) consta o seguinte:

TITULO I

Impostos	
Imposto de exportação	13.394:000\$000
TITULO II	
Rendas dos bens do Estado	
Venda de terras	520:000\$000
TITULO III	
Emolumentos	
Emolumentos	17:000 S000
TITULO IV	
Rendas annexas	
Divida activa	

Das suas diversas parcellas constitutivas, verificou-se no primeiro semestre linanceiro (Julho a Dezembro de 1924) a seguinte arrecadação:

Eventuaes

85:000S000

14:016:000\$000

TITULO I

Impostos

TITULO IV

Emprehendimentos geraes

Emprehendimentos geraes					
Diversas rubricas	5.300:000S000	5.300:000 S000			
TITULO	\mathbf{V}				
Subvençõ	ões				
Diversas rubricas	184:200\$000	184:200S000			
TITULO	VI				
Credito pub	olico				
Servas da divida externa	1.490:4325880				
Juros da divida interna	4o5:9ooSoon				
Dinheiro de orphãos	5:aaa\Saae				
Divida de exercicios anteriores	145:000\$000	2.046:332\$880			
OJUTIT					
Despezas dia					
Diversas rubricas	719:000 <u>\$000</u>	719:000\$000 13.986:8 76\$88 0			
As despezas effectivamente reali	izadas ioram as	seguintes:			
TITULO	I				
Representação d	o Estado				
Congresso Legislativo		83:345\$742			
OLUTIT	II				
Administração d	lo Estado				
Presidencia do Estado		30:000\$000			
Secretaria da Presidencia		71:735 <u>\$</u> 196			
Secretaria do Interior		1.186:431\$286			
Secretaria da Fazenda		681:25o£11o 28o:99o£193			
Secretaria da Agricultura		864:896\$165			
TITELO	111	001.0702107			
Magistrat	ura	82:o9oSo78			
Tribunal Superior de Justiça		121:209\$852			
Juizados de Direito		57:412\$81o			
TITULO	IV-				
Emprehendimen					
Diversas rubricas	3.	3.168:412So27			
TITULO	7.				
Subvençe	กักจ				
Diversas rubricas		78:639\$15o			
TITULO	VI				
Credito pu	blico				
Serviços da divida externa		287:007\$700			
Juros da divida interna		22:836\$000			
Dinheiro de orphãos		1:191\$098			
Divida de exercicios anteriores		1.508:778\$370			

TITULO VII

Despezas diversas

Diversas rubricas . Creditos especiaes por leis diversas 611:774\$549 238:900\$129 9.376:900\$455

Transcrevo a seguir o balanço da escripta geral do Thezouro; embora elle vos não habilite a um juizo seguro, não somente por faltar-lhe o arrolamento geral do patrimonio do Estado, como tambem por encerrar um titulo geral sobre a rubrica— Exercicios luturos—na qual figura. englobada e não descriminadamente, a elevada somma de Rs. 19.584:611\$000.

Activo

Acções do Banco do Espirito Santo Acções da Companhia Territorial . Apolices federaes	1.994:000\$000 3.398:400\$000 207:000\$000 6:000\$000 83:000\$000 766:448\$260
Bens do Estado	35.250:877\$187
Caução	14:000S000
Caixa	91:3215717
Contas correntes	13.033:571S319
Collectorias	355:937S380
Collectorias do Estado, c/ de sellos	62:197\$800
Despezas	9.376:900S455
Depositos diversos	104:881S300
Divida activa do imposto predial .	104:927\$371
Divida activa de taxa sanitaria.	8:316\$988
Devedores em c/ de habitação para	0.0100700
funccionarios	118:226\$870
Hypothecas sobre finanças	9:000\\$000
Letras e obrigações a receber	2.633:693\$900
Posto Fiscal	5:631\$600
Responsabilidades dos exactores.	5:966\$563
Sello adhesivo	1.907:749\$600

Passivo

Letras a pagar	eir			5:000\$000 14:000\$000 104:881\$300 111:080\$833 60:211\$030
Deposito de orphãos				37:695\$573
Deposito de ausentes				45:566\$446 22:733\$132
Deposito da Caixa Beneficente. Divida fluctuante	-			249:324\\$591 33:058\\$839
Emprestimo interno	•			6.765:500\\$000
Emprestimo externo de 1908. Emprestimo externo de 1919.				7.900:049\$578 12.315:292\$435
Exercicios futuros	•			19.584:611\$318
Fianças sobre hypothecas	•	•		9:000\$000 22.280:043\$235
			69.538:048\$310	69.538:048\$310

Para em poucas palavras dar-vos uma idea da folgada e prospera situação financeira do Espirito Santo e da excellencia de nossas condições economicas, basta dizer que não temos divida fluctuante, nem letras a vencer ou compras de pagamento a praso e que o total de nossa divida consolidada - interna e externa — não attinge a Rs. 26.000:000\$000, conforme se verilica do quadro seguinte:

Divida interna em apolices . . .

6.765:500\\$000

Divida externa:

16.000.500 frs.

Juros suspensos, desde Outubro de 1914, em virtude da decretação da fallencia da Société Auxiliaire de Crédit, casa bancaria que contractou com o Estado o referido emprestimo e não cumpriu devidamente os seus encargos; 22 semestres a 12.5 frs.

Total

8.800.275 frs. 49.261.575 frs.

Para esse serviço adquiri cambiaes no valor de 10.000.000 de frs. e como havia ainda saldo de operações anteriores, tenho disponiveis cerca de.... 10.300.000 frs., com o que poderei reduzir o total da divida externa a 39.000.000 de frs., ou, calculando o franco a \$500, a

19.000:000\$000

O total da nossa divida, interna e externa, será, pois, de . Rs.

25.765:500\$000

Para contrabalançar esses encargos, segundo notas do balancete da escripta geral e contas encerradas a 31 de Março, possúe o Estado:

35.000:000\$000 1.994:000\$000 207:000\$000

6.752:000\$000 43.953:000\$000

Total

Deve-se notar que, no titulo «Bens do Estado», só entraram usinas, estabelecimentos fabris, estradas de ferro.serviços publicos da Capital, etc., havendo exclusão completa das acções da Cia. Territorial e das terras devolutas do Estado, que abrangem quasi um terço do seu

territorio, representando pois, um grande thesouro.

Os fundos do Thesouro do Estado a que acima me refiro se encontram nos bancos, empresas e firmas seguintes:

Thesouro do Estado	385:498\$000 319:363\$000
Banco do Espirito Santo e suas agencias.	2.203:569\$000
Banco Nacional de Nova York (Rio)	100:000\$000
Banco Francez & Italiano	
Banco do Brasil (Rio)	650:0000000
Banco do Brasil (Rio)	
de Setembro)	1.000:000\$000
Leopoldina Railway (arrecadação de Fev.).	485:637\$000
F. Soares & Cia. (Rio),	5:780\$000
Banco do Brasil (Victoria)	4:989\$000
Companhia Territorial	1.097:1648000
Total	6.752:0003000

Essas notas são de 31 de Março e não contêm ainda o resultado da arrecadação da Estrada de Ferro Leopoldina, referente ao mez de Março, nem o das collectorias. Deverão taes arrecadações exceder de 600:000\$000.

Os 10.300.000 de trs. estão na seguinte especie:

Em cambiaes a serem transferidas		 9.000.000	irs.
Em poder do Banco Francez no le	₹io .	 1.000.000	5
Em varios bancos		 300.000	>

Esse rapido exame, demonstrando um enorme saldo a favor do activo e a grandeza de nossa arrecadação, autorisa-nos a ter previsões as mais animadoras, no sentido de poder o Estado, com segurança, emprehender as vultuosas obras do porto de Victoria, continuar as estradas de ferro de penetração e ligação, proseguir na remodelação de sua Capital e na execução das estradas de rodagem e olhar tambem um pouco para os Municipios, emprestando-lhes o concurso para a realização dos melhoramentos locaes.

Da simples leitura comparativa, entre a despeza fixada no orçamento em Rs.6.993:438\$440 e a effectuada na quantia de Rs. 9.376:900\$455, pode parecer ter havido um augmento de despeza não autorizada na

quantia de Rs. 2.383:462\$015.

Um exame detalhado demonstrará, entretanto, que leis especiaes autorisaram taes despezas, elevando a quota relativa á liquidação de exercicios anteriores de Rs. 145:000\$000 para Rs. 1.562:500\$000, concedendo justa elevação de vencimentos a todo o funccionalismo, com o augmento de despeza superior a 100:000\$000 mensaes, determinando providencias com a remessa da força publica para São Paulo e permittindo modificações de contractos, que acarretaram pagamentos, especialmente o firmado com os Serviços Reunidos de Victoria.

Excedem de Rs. 2.000:000\$000 as despezas não previstas no

orcamento.

O estudo meticuloso vos levará á conclusão de que os orçamentos têm sido obedecidos fielmente.

No lugar respectivo vos demonstrarei que poucas verbas se tor-

naram deflicientes para a execução dos respectivos serviços.

De taes despezas só a do augmento de vencimentos tem ca-

racter permanente, tendo sido as outras transitorias.

Com prazer, assignalo que, embora seja o alto preço do café o factor principal da nossa abundante arrecadação, não são pouco apreciaveis os augmentos havidos no imposto de transmissão e no decorrente da exportação de madeiras e outros productos, especialmente o relativo aos alugueis e arrendamentos, que entraram no orçamento da receita por 131:000\$000 e produziram no semestre em exame Rs. 449:754\$502.

Os quadros seguintes dão bem a conhecer a marcha ascendente do movimento de nossas Collectorias.

Rends das Collectorias	1920	1921	1922	1923
Accioly		8:0.76\$290	19:655 \$ 11 2	13:395\$230
Alegre	108:7445068	107:263\$068	139:2815295	173:029\$623
Alfredo Chaves	14:6115623	31:1478617	20-2535400	
Allonso Claudio .	122:339\$878	97:775\$813	92:313\$512	124:1205558
Anchieta	30:751\$061	33:095\$835	22:2545323	28:1335647
B. de Itapemirim .	31:2715878	31:570S356	21:365\$410	
B. de Itabapoana .		41:3515153	30:488\$500	
Itaguassú	63:1298965	50:639\$851	67:553\$343	69:633\$386
Bom Jesus	323:448\$884	441:3958292	500:0545748	
Baixo Guandú	8:125\$201	15:0248027	21:4658200	17:099\$303
Calcado	32:612\$785	31:214\$188	38:8545040	79:1518541
Collatina	65:375\$045	58:4475817	73:3518295	112:1348949
Cariacica	12:959\$787	20:8785500	18:6188-44-1	
Castello	1:9718495	44:636\$539	60:8348050	
C. da Barra	10:648\$869	12:6418946	6:5278478	
C. de Itapemirim .	85:9625940	81:9538995	76:9455474	
Cidade do E. Santo		12:6648720	12:5685280	
Guarapary	39:5428070	51:305S477	26:9738543	
Linhares	ついいせてないい	21日の22年11	2007/35543	1:628\$067
Mimoso (sedien 1934)				1:0265007
Muniz Freire.	22.05 (\$5.5	21.51.51.05		44.47. 24.15
Natividade	33:874\$767	31:5108137	26.96-82.64	40:0768645
Nova Almeida . .	4:499\$860	11:5585700	5:1755.300	
T > *	4:0955500	7:3035300	9:2615240	
	68:2298052	113:8015:507	35:4538200	
Principe	39:5318051	60:6548357	56:6375411	33:1245150
Pau Gigante	47:768\$530	51:786\$878	39:1895257	38:9495043
P. de Itabapoana .	12:9268805	26:1448339	26:306:3300	
Riacho	14:103\\$601	15:5405950	28:859\$226	32:097\$600
Regencia	3:428\$083	1 T T 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		
Rio Pardo	13:068\$850	15:7208913	34:0315546	45:485\$563
Rio Preto	72:491\$281	137:557\\$340	169:3518925	172:3718-459
Rio Novo	16:581\$764	17:734\$762	18:073\$540	20:599\\$050
RIO DE JANEIRO				77:671 <u>\$</u> 300
Serra	7:5515143	9:318\$100	7:258\$600	_
Santa Cruz	16:537\$476	12:413\S735	12:136\$622	*
Santa Izabel	47:219\$294	46:425\$039	54:3818546	96:229\$724
Santa Leopoldina .		68:352<502	49:234\$459	44:7308037
Santa Theresa	67:205\$890	79:263\\$847	63:9418014	112:5738911
São João do Muquy	24:3198011	27:1665973	44:989\$820	42:778\$527
São Matheus	106:099\$565	68:995\(\sigma 306\)		
S. P. de Itabapoana	37:9298622	70:1178655	87:650\$371	171:598\$206
Veado (mai 1913) .				61:733\$230
Vianna	7:828\$100	10:5893996	10:181\$832	8:744\$260
7	1.665:145\$362	2055:75484362	2.072602\$082	3.128350S003
I. de transmissão .	699:343\$102	837:1395121	866:309\$121	1.3146388271
Venda de terras .	*** * ****			505:956\$275
	1.137:5828028 1			
	1.107.00 20 040	. 1 00.1 04 <u>0</u> 400 1	101 1012120	1.070 シンインシイの

ARRECADAÇÃO DAS COLLECTORIAS DURANTE

O ANNO DE 1924.

Collectorias	1	1º Semestre	2º 5emestre
Affonso Claudio		90:899\$553	119:496\\$996
Alegre		125:540S216	176:428\$934
Affonso Claudio		21:076\$700	25:090\$751
Accioly		1:781\$760	supprimida
Anchieta		7:953\$420	20:7235426
Raivo Guandú	1	13:085S130	38:376\$100
Rarra de Itanemirim		16:612\$381	88:634S318
Parra de Itahannana		22:317\$000	18:058\$300
Rom Jesus de Itahannana	• •	213:289\$012	945:7935982
Cachaeira de Itanemirim	- 1	72:9175694	
Calcada		31:8705013	
Onited to the second se	- 7		_
Colletina		53:733\$053	
Conceição da Rarra		17:079\$000	3:378\$354
Castella		53:025\$450	_
Cidada da Espirita Santa		10:1205400	
Cariacica		14:763\$060	
Itamuscú		82:902S200	112:225S208
Tiphoros		2:344\$500	
Music Cesies		30:760\\$520	
Muniz Fielle		10:140\$673	_
Mario Almaida (Timbubu)		3:571S900.	
Nova America (Innouny)		8:554S800	
Pou Cigante		17:502S151	45:228\$002
Natividade		14:484S426	
Ponto de Itabancana	• •	11:800S900	
Piocho		12:4995430	
Rio Novo.		10:184\$100	
Rio Pardo		15:375\$119	
Rio Preto		81:876\$810	129:078\$500
RIO DE JANEIRO		152:574\$130	
Santa Cruz	•	7:641S433	
Santa Theresa	. 4	74:904S473	
Santa Ineresa		39:434\$054	
		29:214\$165	_
Santa Leopoldina		43:905\$143	
São Matheus	. 1	93:676\$659	
		17:021\$609	
São João do Principa		6:859\$600	
São João do Principe		3:871S400	_
Serra		51:927\$800	
Vianna		7:172\$600	
TOTAL		1.603:6875437	3.234:257\$815

Ao referir-me á Secção de Estatistica, demonstrarei o movimento comparado de nossa exportação.

Divida externa nossa divida externa consolidada, sinto-me na necessidade de sobre ella, dar-vos alguns esclarecimentos.

Conforme é publico e consta das mensagens anteriores, é o Estado, ainda, responsavel por dois emprestimos externos. Liquidou apenas o de 1894, restando os de 1908 e 1919. O primeiro que tanto tem prejudicado o nosso credito, está, ainda, sendo cuidadosamente examinado e estudado para que eu o possa, com justiça, normalisar. Tenho, nisso, o maior empenho.

Foi elle contractado com a Societé Auxiliaire de Crédit, em 1908 e ratificado em 1910. Essa Sociedade assumiu o compromisso de collocar 60.000 obrigações de 500 frs., ao portador, com o juro de 5%, representando a somma de 30.000.000 de frs., total do emprestimo. Assumiu o compromisso de resgatar 19.910 obrigações do de 1394, que ainda circulavam, trocando-as pelos títulos do novo emprestimo e debitando logo ao Espírito Santo a quantia correspondente. Até Abril de 1914, o Estado satisfez normalmente, juro e amortisação do novo emprestimo e a Societé Auxiliaire ia pagando os juros dos títulos de 1894, tendo resgatado nesse praso, somente 3.083 obrigações.

Não só por esta demora, como porque não eram de inspirar confiança as condições da Societé Auxiliaire, cuja fallencia foi posteriormente aberta, o Estado, para evitar o pagamento simultaneo a portadores dos dois emprestimos quando um só era devido, adoptou o criterio de, emquanto se não estabelecesse a formula adequada para a continuação do serviço do segundo emprestimo, satisfazer unicamente aos portadores do emprestimo de 1894 e depositar as quantias correspondentes á parte do segundo, do qual se considera devedor, porquanto verificou que do primeiro existiam, ainda, em circulação 16.827 títulos.

A esse tempo, a guerra, a situação financeira insegura da Societé Auxiliaire e a difficuldade de se encontrarem os titulos do novo emprestimo, que deveriam corresponder aos velhos titulos de 94. não resgatados, deram motivo á supposição de que o novo emprestimo se achava todo em circulação, irregularmente.

Continuou essa situação, assim anormal, quanto ao segundo emprestimo (1908) até esta data. A do primeiro esteve perfeitamente normalisada, até 1920, quando foram resgatados os titulos todos de 1894, em numero de 16.827.

Em 1922, o governo de então, para aproveitar um preço favoravel de elevação do franco, transferiu para bancos do Rio o deposito que tinhamos em Paris e o incorporou aos recursos normaes do Estado. Em 1923, o mesmo governo promoveu um accordo para a liquidação total, aproveitando a opportunidade de ter ido a Paris o nosso representante no Congresso Federal, o illustre deputado Heitor de Souza, para, como intermediario, dar os passos necessarios. Nada ficou, entretanto, resolvido.

Segundo a conta corrente regular existente no Thesouro, a nossa emissão de 1908 foi de 60.000 titulos.

Durante os annos de 1910, 1911, 1912 e 1913, amortisámos 2.140 titulos.

Deveriamos ter em circulação 57.860 titulos.

Entretanto, como não tivesse a Societé Auxiliaire resgatado o emprestimo de 1894, conforme lhe cumpria, o Estado, directamente, resgatou 16.827 titulos. Deveria aquella Sociedade ter, pois, em carteira numero igual para permuta, ficando elles, assim, reduzidos a 57.860—16.627—41.033.

A esse tempo, o deputado Heitor de Souza, solicitado, pelo governo, para o exame e estudo dos negocios do Estado, havia descoberto, na fallencia da Societé Auxiliaire de Crédit, a existencia dessas 16.827 obrigações que nos pertenciam.

Constituindo, ali, um advogado, tivemos em Janeiro de 1924, o nosso direito reconhecido, por uma decisão do Tribunal Civil de Seine, a essas obrigações e tambem a reclamar 510.000 frs. de juros retidos e outras parcellas de que eramos credores.

Durante os ultimos mezes de 1923, o governo passado: não tendo podido chegar a accordo com os portadores do emprestimo de 1908, mandou comprar em Bolsa titulos desse emprestimo, chegando a adquirir 8.811. Determinei, por minha parte, que a compra fosse continuada até quando tiveram elles alta apreciavel. Foram adquiridos mais 221. Havia, de minha parte, o receio de vir a comprar, não só titulos dos que deviam estar presos á fallencia, como dos que haviam sido amortisados.

Além disso, pouco depois de ter eu assumido o governo, constitui advogado do Estado, em Paris, Mr. Triantaphylides, para reivindicar a entrega das 16.827 obrigações, cujo direito nos havia sido reconhecido em virtude de decisão judicial.

Pareceu-me prudente aguardar que o Estado se apparelhasse de recursos pecuniarios para propor a normalisação ou uma liquidação completa.

Pelo que venho expondo, deveriamos ter em circulação 41.033 titulos que, diminuidos dos que foram comprados em Bolsa 8.811 mais 221—9.032, licariam reduzidos a 32.001. Não combina este numero com o que consta das ultimas mensagens presidenciaes. E', entretanto, o que se verifica da escripta do Thesouro, feita na epoca correspondente. Devemos, pois, julgar que seja o verdadeiro.

Em Janeiro deste anno, aproveitando, pela segunda vez, a grande solicitude e boa vontade do deputado Heitor de Souza, pedi-lhe que se encarregasse de estudar a situação e examinar a exequibilidade de uma liquidação, cujas linhas geraes estabeleci, tendo como condição a exclusão dos 16.827 titulos da fallencia e dos 2.140 resgatados com as quatro primeiras amortisações. Com pesar tive conhecimento do embargo opposto á sentença que nos permittia á reivindicação dos titulos depositados na fallencia, como tambem que o deposito não foi respeitado, estando reduzidissimo e que tambem nada consta do destino

das 2. 140 obrigações amortisadas. Não fica bem ao Estado faltar ao pagamento do que realmente deve, mas não póde—nem lhe é devido—responder por prejuizos e irregularidades de tal ordem. Assim penso que será razoavel ou pagar todos os titulos em circulação, com reducção tal que fique o Estado a coberto de todas essas differenças, ou aguardar a solução final da acção de reivindicação.

O emprestimo de 1919, como sabeis, montava a 24.960.000 frs. representados por 78.000 obrigações de 320 frs. ao juro de 5 1, ao anno. Têm-se pago regularmente os juros e, segundo o contracto ao mesmo relativo, resgatei, durante o anno de 1924, 1.560 títulos. Reduzi, pois, o emprestimo a 76.440 títulos.

Não obstante estar sendo feito este pagamento com a maior pontualidade, notei que a respectiva cotação em Bolsa, representa, actualmente, menos da metade do seu valor. Haveria, assim, grande vantagem para o Estado na antecipação do resgate do maior numero possivel de titulos na Bolsa, emquanto a sua cotação não excedesse a 62 % de seu valor nominal.

Esse limite corresponde ao juro de 8 % ao anno, para a quantia que fosse nisso empregada, como podereis verificar do calculo abaixo:

Sendo de 320 frs. o titulo, o juro annual 5 de seria de 16 frs.

Tomando 62 % do seu valor teriamos 198.4 frs. ou em conta redonda 200 frs. que a 8 % dariam 16 frs.

Devendo o Estado empregar os seus saldos em obras reproductivas e no desenvolvimento de suas riquezas, não conviria applical-os em tal operação. Sendo, entretanto, de facil collocação um emprestimo interno em apolices ao juro de 8%, parece-me que seria uma feliz operação financeira o resgate por tal forma, porquanto, com a mesma despeza de juros, conseguiriamos uma grande amortisação da nossa divida, sem dispendio de qualquer especie.

Assim, se viermos a resgatar por 200 frs. titulos de 320, teremos uma reducção de 120 frs. por titulo e como temos em circulação 76.440 titulos, essa reducção será de 76.440 x 120=9.172.800 frs., resultando pagarmos 24.460.000 frs. com 15.288.000 frs.

Fazendo-se o calculo, ao preço de \$500 o franco, chegamos ao resultado de pagar 12.230:400\$000 com 7.644:000\$000 e teremos feito uma amortisação de 4.586:400\$000, sem dispender a menor quantia. Os títulos que estão a 150 irs. iriam subindo á proporção da procura, que cessaria se alcançassem elles preço superior a 200 irs. As vantagens fruidas pela differença abaixo desse limite deveriam cobrir, com sobra, as despezas de commissões, impressão de títulos, etc. Em face das actuaes condições do nosso Estado, esse emprestimo é pequeno e será facilmente collocado. Nada teremos pois a perder e muito teremos a lucrar, accrescendo ainda a vantagem de não termos divida externa nem preoccupação das oscillações cambiaes, se viermos a liquidal-a com tão grande reducção.

Desse modo, poderemos fazer uma excellente conversão de divida externa que tem resgate obrigatorio, em divida interna consolidada, em apolices, cujo resgate é facultativo e poderá ser feito quando a folga de recursos pecuniarios o permittir.

Caixa Beneficente a seguir, do relatorio do sr. Secretario da Fazenda:

"Jeronymo Monteiro" Revogadas todas as disposições de lei que alteraram, de qualquer modo, a sua primitiva regulamentação, voltou a Caixa Beneficente a reger-se pelo estatuto adoptado na epoca da sua fundação e vem funccionando com inteira regularidade, havendo desapparecido as anomalias que provinham, com certeza, das interpretações varias a que davam ensejo as reformas julgadas inconstitucionaes e revogadas pelo Congresso.

Para dar uma idea fiel da marcha dos negocios dessa preciosa instituição, transcrevo o quadro demonstrativo do movimento da Caixa Beneficente «Jeronymo Monteiro», de 1° de Julho a 31 de Dezembro de 1924:

Saldo do fundo de contribuições, em 30,6 24.	383:1385412	
Arrecadação de Julho a Dezembro de 1924.	61:254\$233	
Juros do emprestimo de carteira	11:596\$146	
Juros de depositos no Thesouro do Estado.	11:4945152	
Peculios pagos de Julho a Dezembro de 1924.		67:117\$773
Dispendido com os serviços da Caixa. n pe-		
riodo		3:388\$000
Restituido por contribuições indevidas		1:352\$446
Em movimento na carteira de emprestimos.		146:300\$133
Em deposito no Thesouro do Estado		249:324\$591
	467:482\$943	467:482\$943

Verifica-se pelo quadro acima que a Caixa Beneficente está em situação de franca prosperidade financeira, pois o seu fundo disponivel monta a 395:624\$724.

A respeito da contribuição dos funccionarios, que é, por lei, a importancia equivalente a um dia de vencimentos, tenho recebido muitas ponderações de interessados, pois, com os augmentos introduzidos na tabella de vencimentos do funccionalismo, temos hoje funccionarios a contribuir com elevadas quotas, o que não é razoavel, porque o peculio maximo é de 14:000\$000.

...

Este assumpto requer a vossa solicita attenção para o estudo de uma lei que, determinando justa proporção entre as contribuições e os peculios dos funccionarios. resolva, com equidade, reclamações que, a respeito, tem recebido o governo.

Transcrevo. tambem, a este respeito, a par-Carteira de Emprestimos te que lhe é referente do relatorio do mesmo Secretario:

«A Carteira de emprestimos, annexa á Caixa Beneficente «Jeronymo Monteiro», creada e autorisada a funccionar, pela lei nº 1.441, de 8 de Julho de 1924 e regulamentada pelo dec. nº 6.274, de 4 de Agosto do mesmo anno, começou a funccionar no dia 22 desse ultimo mez, sendo o seguinte o seu movimento até 31 de Dezembro ultimo:

Retirado da Caixa Beneficente por emprestimos	153:000S000	
Juros contados	11:596S146	
Importancia recolhida ao Thesouro do Estado.		
por descontos diversos		18:2965013
Idem, a receber por diversos emprestimos feitos		145:276\$133
Saldo existente em Caixa		1:024\$000
	164:596\$146	164:5965146

Com a medida que tomou o Banco do Espirito Santo de supprimir as suas transacções de emprestimos a funccionarios do Estado, era uma necessidade a creação da Carteira de Emprestimos e V. Exa., amparando essa idea, prestou mais um serviço relevante ao funccionalismo, cujos membros, na sua quasi totalidade, soffrem mais de perto os effeitos desse complexo phenomeno social, que é a carestia da vida nos dias que correm.

Collectorias no Estado, com o total de 125 funccionarios, que vém cumprindo regularmente os seus deveres. Tendo nosso Estado uma fronteira extensa, como é a de nossa divisa, especialmente com os Estados do Rio e Minas e sendo o imposto de exportação do café, cobrado por esses Estados, muito menor do que o nosso, é necessaria a mais rigorosa vigilancia para se evitar contrabandos, que são sempre contra nos.

Nossos ultimos governos determinaram que as collectorias cobrassem nas fronteiras imposto igual ao taxado pelos Estados confrontantes. Parece-me, entretanto, que tal medida é iniqua e altamente lesiva aos cofres do Estado, além de prejudicial à bòa fiscalisação de nossas leis. Mandei suspender sua execução, que representava para o Estado, ao preço actual do café, um prejuizo annual superior a 500:000\$000. Julgo preferivel o augmento do numero de guardas e inspectores. Peço-vos a necessaria autorisação legislativa para fazer cessar essa anomalia, que colloca os nossos coestadoanos em situação desigual de contribuição tributaria, com a mais flagrante injustiça, quando são igualmente beneficiados pela administração publica.

Não é razoavel cogitar-se, neste momento, de reducção do nosso imposto de exportação, porque elle e o de transmissão são os unicos que, verdadeiramente, temos no Estado, uma vez que os dois outros: do sello e de licenças estaduaes são propriamente nominaes; tal a insignificancia de sua arrecadação.

Os Estados limitrophes, si cobram menos pela exportação do seu calé, têm varios impostos que não exigimos, inclusive o territorial, que, para nós, não é ainda opportuno.

Devo lembrar-vos, a este respeito, que, sendo de palpitante necessidade uma reforma do regimento de custas, deve ser fixado o sello de custas judiciarias que minorará os encargos decorrentes da elevação de vencimentos de toda a Magistratura, que autorisastes pela lei 1.469, de 18 de Agosto, já em execução.

Sobre a grande efficiencia desta repartição,
Delegacia do Thesouro recentemente creada, traslado do relatorio apredo Estado, no Rio sentado pelo Secretario da Fazenda, a 15 de Fevereiro ultimo:

«A Delegacia do Thesouro do Estado no Rio de Janeiro, que foi creada pela lei nº 1449, de 16 de Julho do anno passado, vem, desde essa epoca, funccionando nos moldes amplos que lhe foram traçados pela referida lei.

Realmente, um departamento dessa natureza, embora subordinado, como é, á Secretaria da Fazenda, precisava gosar de outras prerogativas que o nosso Regulamento não confere ás collectorias, para prestar os serviços de certa monta que os nossos interesses na Capital da Republica exigem.

E não tem falhado a nossa expectativa, pois a Delegacia, sob a direcção criteriosa do dr. José de Souza Monteiro, que, por seu turno, está cercado de bons auxiliares, tem dado os resultados que todos esperavamos.

Serviços que antes nos devam maiores preoccupações e despezas, porque necessitavamos de intermediarios para sua execução, estão hoje a cargo da Delegacia. que melhor os desempenha, facilitando, ainda, a nossa escripturação.

Tambem os nossos interesses fiscaes no Rio, principalmente junto á Leopoldina, ficaram mais protegidos, sendo mais facil o nosso serviço de estatistica dos productos exportados.

Sob todos os aspectos, portanto, tem sido de reaes vantagens para o Estado a actuação da Delegacia do Thesouro no Rio».

A lei nº 1.149, de 21 de Dezembro de 1917,
Processo fiscal que estabelece o processo de fiscalisação e arrecadação das rendas estaduaes, precisa de revisão,
não só porque não satisfaz as nossas exigencias actuaes, como
pela necessidade de ser harmonisada com a da reforma constitucional
e outras leis recentes.

Tambem carece de vossa attenção a lei nº 1.264, de 30 de Dezembro de 1920, conferindo vantagens especiaes.

A Secção de Estatistica, creada pela lei nº Estatistica 1.464, de 13 de Agosto de 1924, tem os seus encargos em perfeita execução e vem prestando serviços de relevancia.

No quadro a seguir encontrareis um resumo claro da nossa exportação, desde 1920.

Quantidade e	xportada	1920	1921	1922	1923	1924
Bovinos		355	228	222	521	339
Muares		21	26	61	56	75
Suinos		503	465	412	234	267
Arroz	kilo	113.560	20.958	46.906	10.834	49.428
Assucar	25	556.635	588.872	163.534	622.955	1.564.019
Café	saccos	846-364	1.104.034	1.014.544	1.094.976	1.276.802
Feijāo	kilo	1.240.030	612.195	2.052.739	562.837	184.562
Milho	2	3.102.817	1.466.640	663.902	972.395	429.256
Madeiras	m3	42.883.826	37.824.879	45.626.313	25.814.488	38.964.384
Monazitica	kilo	700.020	272.000	107.240		1.000
Tecidos	>	204.699	221.354	267.399	321.171	652.434

Particularisarei, agora, a estatistica da [exportação de café referente ao 2º semestre de 1924 e constante do quadro abaixo:

Peso em kilos	Local dos despachos	Direitos pagos
29.805.742	Capital	10.978:192\$500
22.116.631	Leopoldina (diversas estações)	6.987:931\$800
3.487.392		928:1978514
314.968	Rio Preto	106:7498400
	Natividade (**)	110:263\$800
134.945	Principe	56:982\$000
23.970		8:185\$300
(*) 55.883.557	•	19.176:502\$314

Observações: — (**) — O peso do calé de Natividade está incluido no da Capital.

(*) — O total em kilos reduzido a saccas dá 931.392 saccas e 37 kilos.

Contractos

Acham-se arrendados, por contracto, os seguintes bens do Estado: Usina Paineiras, comprehendendo a Estrada de Ferro do Ita-pemirim, Serraria de Cachoeiro de Itapemirim; Serviços Reunidos do Itapemirim; Fabrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim e Serviços Reunidos de Victoria, em que se incluiam os serviços de agua, esgotos, viação urbana, electricidade e telephones.

Os contractos de arrendamento visavam entregar á administração privada, sempre mais rigorosa em sua fiscalisação, os emprehendimentos industriaes a que o Estado foi levado, por falta da iniciativa particular, a executar. Mais adeante farei menção de varios outros contractos. Usina Paineiras

Esta usina, embora dotada de optimos terrenos e aperfeiçoados machinismos, por motivos varios, não logrou, jamais, corresponder à espectativa do governo.

Ultimamente, foi arrendada á Mello Mattos & Maciel, firma de reconhecida idoneidade que, embora tendo necessitado de algumas prorogações de praso, para execução de certos serviços, a que accedi por serem os motivos acceitaveis, tem procurado satisfazer as obrigações contractuaes.

Como são em mercadorias as suas contribuições, entregou ella a titulo de arrendamento, nos termos do seu contracto, no anno de 1924: 6.012 saccas de assucar crystal. 729 saccas de assucar mascavinho e 26.089 litros de alcool.

Nenhuna alteração fiz no seu contracto e somente procurarei modifical-o se, em face do plano geral de viação ferrea do Estado, que estou organizando, viermos a ter necessidade da Estrada de Ferro do Itapemirim.

Arrendadas, por contribuição lixa, a primeira Serraria de Cachoeiro de 2:000\$000 mensaes e a segunda de Rs. 4:166\$666 e Fabrica de Oleos têm funccionado sem perturbação.

Foram arrendados, a 30 de Dezembro de 1922, Serviços Reunidos esses serviços em conjunto, comprehendendo agua, de Victoria esgotos, bonds, electricidade e telephones.

Os encargos que a empresa assumiu de obras a executar, exigiam um capital de muitos milhares de contos de réis. Desde a sua organisação, mostrou-se desprovida dos necessarios recursos.

De tudo a que se obrigou somente deu desempenho e, mesmo assim, muito incompletamente, aos serviços de electricidade, ficando faltosa em todos os outros. Por seu lado, o governo não se poude desobrigar de alguns compromissos que lhe competiam. Tal a situação por mim encontrada. Eram geraes e justissimos os clamores contra a falta de agua, o serviço de esgotos, o de bonds e emfim, contra a pessima execução de todos os serviços.

A rescisão do contracto só poderia ser judicial e, como não eram liquidas, nem certas, as contas a reclamar pela empresa, ella teria de ficar na posse dos bens arrendados até liquidação, por sentença final, do que lhe fosse devido.

Era de esperar fosse longa a demanda, a terminar no Supremo Tribunal, e estaria o governo manietado todo esse tempo, expondo a população ás consequencias disso decorrentes. A solução unica seria, pois, a promoção de um accordo, retirando uma parte importante dos serviços arrendados, facilitando a empresa arrendataria a possibilidade do desempenho dos seus encargos, pelo pagamento das obras, machinismos e serviços novos por ella executados e reverter ao Estado a execução dos serviços que, pela sua importancia e inadiavel necessidade, não podessem continuar na situação encontrada.

Optei pela ultima solução, tomando o Estado a responsabilidade dos serviços de agua e esgotos e deixando á empresa os outros. As obras, machinismos e serviços executados que eram reclamados pelo valor approximado de mil e oitocentos contos (1.800:000\$000) e constam do quadro adeante publicado, foram reduzidos, por combinação, ao valor que pareceu justo aos representantes do governo; isto é, de mil trezentos e vinte e dois contos, duzentos e cincoenta e cinco mil, seiscentos e vinte sete réis (1.322:255\$627), inclusive a quantia de Rs. 97:130\$942 de parte do almoxarifado para o serviço de agua.

Para compensar o Estado desse augmento de seu capital empregado nas obras, o arrendamento então de 12:500\$000 mensaes, que seriam fixos até 1927 e depois accrescidos de 10% sobre a renda bruta que excedesse de 70:000\$000 mensaes, foi elevado para 25% sobre a renda bruta total, resultando dahi que, em vez de 12:500.000 tem a empresa recolhido, nos ultimos mezes, quantia superior a 28:000\$000 mensaes, o que representa bóa remuneração do capital que o Estado precisou fornecer.

Foi a empresa exonerada da construcção de varios serviços que não seriam remuneradores, mas em que o Estado teria, no geral, de fornecer metade do capital.

Penso ter feito uma modificação justa e conveniente a ambas as partes, ficando o Estado em situação mais facil de se desembaraçar do contracto no caso de se mostrarem os arrendatarios incapazes de o levar a effeito.

Todos os deveres de cada parte ficaram bem definidos e espero que, em breve, estará a população bem servida. Ao tratar da Secretaria da Agricultura, mencionarei o modo como vem o Estado executando os serviços de agua e esgotos.

Abaixo transcrevo a relação especificada das obras novas pagas aos Serviços Reunidos de Victoria, pelo governo do Estado, na rescisão do antigo contracto de 31 de Dezembro de 1922.

Agua e esgotos	58:807\$152
Usina de Jucú	537:50o\$000
Augmento na Convertidora	146:004\$475
Linhas de transmissão Juců a Vianna	33:000\$000
Augmento da rede de lorça e luz em Victoria	159:1158000
Augmento de medidores alugados	53:623\$760
Construcção de uma lancha	11:367\$492
Construcção de um bote	1:426\$800
Augmento de machinas nas officinas	34:883\$506
Valor de um pagamento feito à Prefeitura	12:000 ₹000
Augmento de moveis e machinismos no escripto-	
rio central	13:869\$500
Augmento da via permanente de Victoria	25:527\$000
Augmento da rede telephonica em Victoria	3:000\$000
Valor do predio á Praca Costa Pereira	125:000\$000
Augmento da casa á rua Sete de Setembro	10:000\$000
Parte do almoxarifado do serviço de agua tam-	
bem comprado	97:130\$942
Importancia que pagou	1.322.255\$627

Com esta empresa estão contractados os Serviços Reunidos serviços de agua. esgotos, electricidade e viação do Itapemirim em varias zonas do sul do Estado.

Tambem á ella foram dados dispendiosos encargos que só em muito pequena parte têm sido executados. Pleiteia a empresa modificação de seu contracto, identica a que fiz em relação ao dos Serviços Reunidos de Victoria. Estou estudando a alteração do contracto que mais convier, tendo em vista o criterio de que os serviços de agua e esgotos devem ser de administração municipal e as respectivas contribuições cobradas como taxa obrigatoria.

Requereu ella, desde Julho, prorogações de prasos que o governo não tem poderes para conceder.

A situação do contracto com a empresa de Victoria resultou da falta comprovada de recursos, por parte da empresa arrendataria, para regularisar e completar os serviços contractados, e do dever que assiste ao Estado, de attender ás necessidades immediatas de sua Capital.

Aqui tinhamos os serviços de bonds e de esgotos: precisavamos melhoral-os. Em Cachoeiro não existia uma nem outra cousa, notando-se que o serviço de bonds, não fazendo parte do contracto celebrado entre o Estado e o Municipio, não podia ser por aquelle contractado com terceiros, sem a concessão deste. Por estas considerações, não me julgo no dever de assumir para com o Municipio de Cachoeiro, os onerosos encargos que taes serviços representam em seu conjunto, especialmente, em se tratando de trabalhos de viação de que ainda nada havia sido feito.

Como, entretando, ao Estado devem interessar, vivamente, todos os seus Municipios, procurarei auxilial-os, segundo me autorisardes; seja directamente, quando não forem demasiados os seus pedidos, seja por meio de emprestimos, com plenas garantias, de modo a permittir-lines que executem seus serviços locaes.

Como sabeis, temos, desde 1914. um con-Contracto com a tracto com a companhia Leopoldina Railway para Estrada de Ferro a arrecadação de nossos impostos, mediante uma Leopoldina percentagem fixa.

Penso que essa forma é a mais efficiente, devendo, portanto, ser conservada. Todavia, tendo triplicado o valor da nossa arrecadação, tenciono promover um entendimento no sentido de ser modificada a actual taxa, uma vez que o trabalho não augmentou e se não justifica, assim, a elevação resultante da conservação da mesma taxa, dando para a Companhia um resultado mais que duplo.

Com a Estrada de Ferro Victoria á Minas precisamos fazer, tambem, um convenio, em identico sentido, para o que se torna necessarla a vossa autorisação.

Na parte relativa á Secretaria da Agricultura. encontrareis a menção dos demais contractos e concessões.

Algumas verbas orçamentarias da despeza Creditos Supplementares se acham esgotadas e reclamam reforço. Como, porem, não são grandes os supplementos precisos aguardo-me para, ainda antes de findo o actual exercicio, submetter á vossa apreciação o que julgar necessario.

Secretaria da Agricultura, Terras e Obras

Esta Secretaria não tinha um corpo technico nem uma organisação conveniente aos serviços de terras, colonisação, pecuaria e obras.

Achava-se apparelhada, unica e exclusivamente, para a venda de terras.

A necessidade geral de solucionar o problema das vias de communicação, quer maritima, melhorando o serviço de navegação, quer terrestre, estendendo estradas ferreas para os recantos do Estado, estava a exigir um departamento especial de obras, do qual dependerá, em grande parte, o desenvolvimento economico do Espirito Santo.

Os serviços de obras, em geral, eram contractados directamente pelo Presidente do Estado, que estabelecia, elle proprio, as condições de natureza teclinica, salvo alguns serviços especiaes, como os das estradas de São Matheus e Itaúnas e o de melhoramentos da Capital, que foram constituidos em commissões autonomas.

Era tambem imprescindivel que os importantissimos serviços que se relacionam com a agricultura e a pecuaria, ficassem entregues á uma Directoria, a cargo de profissional.

Taes lacunas foram corrigidas pelo decreto nº 6.443, de 6 de Novembro de 1924, que regulamentou os serviços da Secretaria, desmembrando-a por duas Directorias. — Agricultura, Terras e Colonisação e Viação, Obras Publicas, Industria e Commercio.

Por sua vez, as directorias se subdividiram em secções.

Ficaram, assim, os encargos da Secretaria superintendidos, dirigidos e subdirigidos por technicos especiaes.

O decreto acima referido deu aos trabalhos a seguinte organisação:

Gabinete do Secretario

- 1 Official de Gabinete
- 1 Dactylographo.

Sccção do Expediente

- 1 Chefe de Secção
- 3 Escripturarios
- 1 Almoxarife
- 1 Protocollista
- 1 Archivista
- 1 Porteiro
- 1 Continuo
- 1 Servente

Directoria de Agricultura, Terras e Colonisação

1 Director.

Secção de Agricultura

- 1 Chefe de Secção (agronomo)
- 1 Veterinario
- 2 Auxiliares de Agricultura.

Secção de Terras e Colonisação

- 1 Chefe de Secção (engenheiro).
- 1 Solicitador
- 3 Engenheiros de terras
- 3 Escripturarios
- 1 Desenhista de 2º classe
- 1 Agrimensor da Capital.

Directoria de Viação, Obras Publicas, Industria e Commercio

1 Director.

Secção de Viação e Obras Publicas

- 1 Chefe de Secção (engenheiro)
- 2 Engenheiros de districto
- 1 Engenheiro ajudante
- 1 Conductor de obras
- 1 Desenhista de 1º classe
- 3 Escripturarios.

Secção de Industria e Commercio

1 Auxiliar.

Ao assumir a administração, encontrei varios trabalhos em execução, sendo vultuosos os pedidos de pagamento de obras no interior, maximé os referentes a estradas de rodagem.

O archivo, mantido até então, não era satisfatorio para o perfeito conhecimento dos trabalhos nem dos compromissos assumidos para a respectiva realisação. Com o duplo fim de estudar pagamentos a fazer, tendo em linha de conta a conveniencia da despeza, sob o ponto de vista do interesse publico, e de prender tambem os serviços ao plano geral do governo, mandei suspender, temporariamente, as obras que não fossem de necessidade immediata e proseguir nas de caracter urgente.

Creada esta Directoria, ficaram a ella subor-Directoria de Viação, dinados todos os serviços que o seu titulo discri-Obras Publicas, Indus- mina e foram revogados os decretos que crigiram tria e Commercio em serviços autonomos as Estradas de Ferro S. Matheus e Itaúnas.

Eram independentes na direcção e no direito de assumir encargos pelos quaes ficava sempre responsavel o Thesouro do Estado.

Achei, pois, mais prudente subordinar as operações á approva-

ção do governo, por intermedio da repartição competente.

Dividida a Directoria em 3 districtos, com séde um em Cachoeiro de Itapemirim, outro em Itaguassú e o 3º nesta Capital, ficaram os trabalhos do interior por elles distribuidos, excepto os das Estradas de Ferro São Matheus e Itaunas, que continuaram a constituir commissão.

Serviço de Viação

Devo aqui referir-me aos trabalhos concernentes ás nossas estradas de ferro e ás de rodagem.

Começada no ultimo governo, foi por elle Estrada de Ferro Benevente-Alfredo Chaves mada, depois, pelo mesmo governo, em estrada de ferro, com perda apreciavel de serviços executados, como é natural, na conversão de estrada de rodagem em via ferrea, sem que o traçado tivesse obedecido, desde logo, ás condições previstas para esse fim.

Embora destinada a percorrer zona estreita e sem importancia de trafego, basta o facto de servir a uma usina como a Jabaquara, estabelecimento privado, mas de interesse para a economia geral e digna do amparo dos poderes publicos, para justificar sua conclusão, além de que servirá, perfeitamente, a dois municipios. É a estrada da bitola de 0.60, com rampas maximas de 2.5 °, e curvas minimas de 35,93 de raio.

Até Maio de 1924, tinha 3km.467 metros de leito e 2k.m520 de linha assentada, representando, então, um gasto de Rs. 363:172\$000. A liquidação dos serviços effectuados antes de Maio, orçou em Rs. 37:928\$000, havendo, somente, daquelle tempo, reclamações dependentes de ajustes definitivos, de pouca importancia. Em Dezembro, tinha a estrada 10km,450 de leito, com algumas obras de arte provisorias e 8km,557 de linha. O custo total, neste exercício, até a data actual, é de Rs. 197:595\$893. O credito de 100:000\$000, que votastes para o serviço, foi excedido em Rs. 97:594\$893, quantia que irá correndo, pela verba de obras publicas, até que autoriseis a verba necessaria. Para tal serviço e para a continuação da linha de Alfredo Chaves a Benevente, peço-vos o credito de 300:000\$000, no proximo exercício.

Sem esses prolongamentos, será essa linha um corpo mutilado. Ao escrever esta, sei que a ponta dos trilhos attingiu já a Alfredo Chaves e que estão adiantados os estudos de exploração para Benevente, devendo a extensão total ser de 25 km. 168.

Será de 50 klms, o percurso destinado a ligar Estrada de Ferro Cachoeiro de Itapemirim á barra do mesmo rio, ser-ltapemirim vindo á usina de Paineiras e a varios estabelecimentos fabris, que ali possue o Estado. No arrendamento da usina Paineiras á firma Mello Mattos & Maciel, foi tambem, incluida a estrada, ficando o Estado obrigado a leval-a até a estação da Estrada de Ferro Leopoldina, em Cachoeiro de Itapemirim. Este trecho, entregue

aos srs. Seabra & Nobre, tem, ainda, cerca de 508 ms. por terminar. Para a conclusão do serviço, o governo adoptou as tabellas geraes dos demais serviços do Estado em obras e estradas do interior. A despeza effectuada até 31 de Dezembro montou em Rs. 140:429\$124. Tendo sido de Rs. 200:000\$000 o credito votado, resta um saldo de 59:540\$876 o qual, conservado e reforçado de mais 120:000\$000, permittirá a conclusão dos serviços.

A empreza arrendataria está obrigada pelos acabamentos entre Cachoeiro e Barra e, ainda, pela construcção de um ramal para Maratayzes e outro para o Rio Novo, cabendo, para este ultimo serviço, ao Estado, a obrigação de pagar metade da despeza e fazer a ponte sobre o rio Itapemirim.

Estrada de Ferro Constitue a Estrada de Ferro São Matheus uma São Matheus palpitante necessidade para toda a população do valle do rio São Matheus e para o desenvolvimento do norte do Estado, que, pela sua falta, ainda se acha de todo paralysado. Assim pensando, o administrador de 1895, firmou, um contracto com os srs. dr. Antonio Gomes Sodre e Antonio Rodrigues da Cunha, attingindo a construcção a 25 km. de leito. As crises que se seguiram, agudas para todo o Estado, deram lugar ao abandono desses 25 km., que foram aproveitados como estrada publica durante 27 annos. Somente em 1921, o meu illustre antecessor poude voltar suas vistas para o caso e dar execução real á construcção. Foi adquirido, em segunda mão, e em boas condições de preço, o material fixo e rodante de uma empresa de manganez, de Ouro Preto e transportado para São Matheus. Esta estrada está sendo construida em boas condições technicas, tendo, apenas. 25 kms., em más condições, com rampa de 21/2%, que foram aproveitados da antiga estrada abandonada.

A sua bitola é de 0,60, o que constitue serio inconveniente para uma via lerrea de tão grande luturo. Em todo o caso, as suas condições de traçado permittem corrigir o mal, logo que a medida se torne necessaria.

Acham-se em trafego 48 kms.; os seus trilhos são de 18 ks. por metro e os seus dormentes distribuidos na proporção de 1450 por km. Até o km. 47 foi o serviço de facil construcção; dahi a Nova Venecia, no km. 68, a construcção é dispendiosa, em virtude da accidentação do terreno.

Em Maio de 1924, representava essa estrada o emprego de 4.000:000\$000. O tralego encontra-se no km. 41, estação Nestor Gomes, devendo ser, breveniente, inaugurada a estação Tapuyo, no km. 53.

Possue o seguinte material rodante:

- 4 locomotivas belgas de 18 toneladas
- 1 americana de 10 ton.
- 1 « « 20 «
- 1 allemā 🔹 6 🧸
- 20 gondolas < 10 «

1 carro para passageiros, de 2ª classe.

- 1 provisorio para passageiros, de 2' classe.
- 2 carros para passageiros Traj. Medeiros.
- 3 carros para mercadorias.
- 1 carro bagagem-correio ch. trem.
- Material do almoxarifado, etc.

O material adquirido até a data de 31 de Dezembro de 1924 representa, pelo custo, a quantia de Rs. 4.819:457\$254.

Para cobertura dessas despezas a estrada	
recebeu do governo do Estado	4.611:302\$951
Arrecadado por ella	69:203\$800
Trafego	16:942\$869
Luz e força	18:999\$969
Deposito para luz	2:057\$100
Terras e contribuição	94:258\$099
Contas a pagar	6:692\$466
Total	4.819:457\$254

Começou a ser trafegada em Fevereiro de 1924, tendo tido o seguinte movimento:

RENDA BRUTA

Mezes													-	SOF	nma	arreca	dada
Fevereiro						٠										72\$100	
Março .															8	63\$500	
Abril	•		•								-	•		-	1:7	183000	
Maio								•			•	•	•	•	4:3	135000	
Junho .			-	-		-			_						4:2	92\$600	
Julho .			•				•		-		•				6:9	02\$400	
Agosto .			•							-	•				8:0	74\$900	
Setembro	•			•		٠		•			•				12:4	84\$800	
Outubro				-				•						•	10:20	7\$200	
Novembro	٠.	•		-				•			-				10:5	10\$500	
Dezembro	•	•					•			•		•			9:76	54\$800	
					T	ota	al								69:20	3\$800	

Distribuição da media

	•			•	•	-	-				35:870\$400
											22:899\$100
•		•				_			•		1:702\$900
											96 4\$200
											1:014\$200
											6:753\$000
											69:203\$800
	•	• •	• • •	 			 aes	aes	aes	aes	aes

A somma de tonelagem de mercadorias transportadas foi de 1.625ton.,636 e o numero de passageiros de 6,783.

A venda de terras marginaes á estrada e por ella effectuada, na largura de 8 kms. para cada lado, importou em 94:259\$099, em 1924.

O fornecimento de energia electrica á cidade de S. Matheus tambem por ella feito, produziu a renda de 18:999\$969, em 1924.

Percorre as antigas colonias de Santa Leocadia, Nova Veneciano km. 68 e Pipinuk, podendo-se calcular nessa região uma população de cerca de II.500 habitantes e uma exportação de café de 30.000 saccos, ou sejam 180.000 kilos.

Penso que as despezas com o trafego e o prolongamento da estrada poderão ser orçadas em 1.250:000\$000, acarretando a continuação dos trabalhos uma receita de 250:000\$000, inclusive a venda de terras.

A estrada tem ainda a organisação dada pelo decreto primitivo, tirada, apenas, a autonomia absoluta de que dispunha. Pretendo dar-lhe outra forma de administração. de modo a serem os serviços dirigidos por um engenheiro-chefe que, não obstante gosar de independencia de acção, ficará, entretanto, subordinado ao Secretario da Agricultura, Terras e Obras.

Para a execução desses trabalhos e de varios outros de commissão, é claro que o governo necessita ter o arbitrio de fixar vencimentos do pessoal do quadro que organisar.

Taes serviços, exigindo direcção competente, idonea e criteriosa, têm posto o governo do Estado em situação de precisar fixar vencimentos não vulgares, sem o que não será possível encontrar technicos de valor.

O primeiro trecho dessa estrada, numa ex-Estrada de Ferro Itaúnas tensão de 14 kilometros. a começar da estação Presidente Bueno e em direcção a Cajuby, foi adquirido por 288:000\$000 pela administração passada, que a levou até ás vertentes do Itaúnas.

Os serviços urgentes que postos em execução e encontrados pelo engenheiro que, em principios de 1923, teve o governo de enviar para ahi, afim de receber os trabalhos e proseguir na construcção com certa intensidade, elevaram as despezas de 280:000\$000 a 321:000\$000.

A construcção havia sido feita para o transporte de madeira da grande «Serraria da Ponte Velha», situada nas vertentes dos rios Itaúnas e Mucury e em direcção a este ultimo.

Possue longo trecho, comprehendendo mais de tres kilometros de comprimento, com descida em rampas de 3 1 2 e 4 1 2 %, para o Mucury, com curvas apertadissimas.

A linha poderá ser trafegada, em más condições, em direcção ao Mucury e á Minas. E', porém. de todo, economicamente impraticavel, em direcção ao nosso Estado, pelo que teremos de abandonal-a.

Deve-se notar que, dos 14 kilometros, quatro já foram despresados. Além desse inconveniente, que, seguramente, era desconhecido ao illustre Chefe do Executivo estadual de então, succede que a acquisição foi desvalorisada, pelo direito reservado aos vendedores, do trafego gratuito da linha. com os seus trens de madeira, não somente no trecho objecto da transacção, como tambem nos que o Estado iria construir, até a foz do Itaúninhas, cabendo, ainda, ao comprador o encargo da conservação de toda a estrada.

A construcção da linha fóra, além de tudo, impugnada pelo governo bahiano, que considerava o seu percurso abrangendo terreno litigioso.

A administração passada, adquirindo a estrada e encaminhande-a ao porto de São Matheus, teve em mira attrahir para esse porto, os productos do valle do Itaúnas e grande parte da producção mineira, feita pela Estrada de Ferro Bahia e Minas, em direcção ao porto de Caravellas.

Até Agosto, tinhamos leito preparado para 33 kms.. a partir de Cajuby. Para ponto de partida na Estrada de Ferro Bahia e Minas, precisavamos, porem, de nova construcção, em região mineira e, portanto, afastada de nossa administração.

Tinhamos a construir, ainda, cerca de 117 kms. para a Barra de São Matheus, incluindo o traçado de Cajuby a Presidente Bueno.

O porto da Barra de São Matheus é muito peior que o de Ponta d'Areia. Teriamos, pois, de construir estrada para servir á Ponta d'Areia, se não fizessemos as obras do porto de São Matheus, cujo dispendio poderia escapar ás nossas possibilidades financeiras, tanto mais que já estamos empenhados nas do porto de nossa Capital.

Pareceu-me, assim, mais prudente suspender a construcção da estrada de ferro, embora já representando avultada despeza, até podermos ligal-a a outra que se faça e que, partindo desta Capital, vá encontral-a.

Tem ella 10 kms. de linha e 23 kms. de leito feitos, em condições de aproveitamento, com a construcção de algumas obras. de Cajuby em direcção à Barra do Itaúnas. Ha estudos de mais de 22 kms. De material rodante existem, unicamente, uma velha locomotiva de 11 toncladas, em pessimo estado, 5 pranchas, sendo 2 em mau estado e 3 imprestaveis e 14 trolys em bom estado, para serviço das turmas.

Os trilhos usados, adquiridos do governo federal e á ella destinados, podem ser utilisados na Estrada de São Matheus, na de Benevente e em outras.

De futuro será possivel aproveitar o leito construido, dando direcção differente.

Como vos referi acima, o governo do Estado, na escriptura de compra, se obrigou a conservar a linha toda, dando aos vendedores a faculdade de se servirem della gratuitamente.

A ponte que essa linha possuia sobre o rio Mucury, era de madeira e mal segura; loi levada pelas enchentes ultimas desse rio.

Deve-se presumir que a sua reconstrucção, numa extensão de 94 metros, venha custar importante somma.

Além disso, o Estado cedeu ainda uma enorme área de terras

para extracção de madeiras, sem outra obrigação senão a da montagem de mais uma serraria e a do pagamento do imposto de exportação de madeira, que será reduzido a 80 % do seu valor, si for a madeira empregada no consumo interno do Estado.

Os favores são, conforme se vê, excessivos e como se achem os concessionarios faltosos em varios casos, pretendo obter modificações dos respectivos contractos, no sentido de ficarem os interesses do Estado melhor amparados.

Tomei a resolução de suspender os serviços desde Julho. Da verba de 300:000\$000, votada. gastei apenas o indispensavel á liquição dos serviços em acabamento, e montante em cerca de 270:000\$000, Presumo, comtudo, que a verba terá de ser toda empregada com a permanencia de alguns funccionarios necessarios alli.

Das 6.400 toneladas de trilhos usados que o governo passado comprou á administração federal, para essas estradas, foram já recebidas 4.000 toneladas, assim distribuidas:

Estrada de Ferro Itaúnas	1.909.795 ton-
Estrada de Ferro São Matheus	1.104.635 ton.
Estrada de Ferro Benevente-Alfredo Chaves	778,546 ton.
Serviços de Victoria	100,000 ton.
Em deposito na Ponta d'Areia	77.024 ton.

Esses trilhos são de 17 a 22 ks. por metro. Temos a receber ainda 2.400 toneladas.

O dispendido com a estrada, até 31 de Dezembro de 1924, attingiu a Rs. 1.838:603S784, inclusive o preço de compra do primeiro trecho a Trajano de Medeiros & Cia. e os trilhos para cerca de 50 k^m que estão debitados por 300:000S000.

Alem do que foi já mencionado e dos varios materiaes no Almoxarifado, tem a estrada os seguintes predios: a estação de Cajuby; duas casas feitas por Trajano de Medeiros & Cia; uma casa de 20° x 10°, que serve para officinas de ferreiro e carpinteiro; uma outra de 12° x 8°, que serve como almoxarifado e escriptorio; todas cobertas de telhas e mais duas casas de taipa, coberta de taboinhas, feitas, anteriormente, pelo sr. Francisco de Paula Pacheco.

Essa estrada poderá ser construida mais tarde, para ser ligada á de São Matheus, nas proximidades de Santa Leocadia.

Não será longo o seu traçado nem terá mais difficuldades a vencer no seu percurso e virá a servir á importante zona.

A ligação por um ramal da Estrada de Ferro São Matheus á Estrada de Ferro Victoria á Minas, formará uma via ferrea que servirá a todo o Estado, tornando viavel, com provavel exito, a ligação da Estrada de Ferro Bahia e Minas.

E, então, o nosso porto, que já é importante centro commercial, ficará apto a prestar incalculaveis serviços que jamais se poderà esperar do porto de S. Matheus.

A ligação da Estrada de Ferro São Matheus
Estrada de Ferro Rio á Estrada de Ferro Victoria á Minas, com uma
Doce-São Matheus ponte sobre o Rio Doce, onde for mais facil,
constitue uma premente necessidade para a colonisação do norte do Estado.

Merece a vossa attenção este importante problema, para cuja objectivação peço-vos os recursos orçamentarios necessarios.

Ficaremos, logo esteja a estrada em bóas condições de trafego, em relação á grande parte do norte de Minas, em situação igual a que se encontra o sul do Estado, relativamente ao Rio de Janeiro.

A este respeito cumpre-me fazer-vos, tam-Estrada de Ferro bem, algumas ponderações, para o fim de pedir-vos do littoral a autorisação legislativa que julgardes conveniente. Já, pela lei nº 1.336, de 30 de Dezembro de 1920, permittistes ao governo do Estado contractar com o federal e executar as obras do nosso porto, freis, certamente, votar no orçamento as verbas precisas para serviço de tão grande valor e que, ora em via de seguimento, pelo que respeita á sua dependencia do governo federal e da Companhia Porto de Victoria, deverá ser brevemente atacado com toda intensidade.

Estão, tambem, em franca execução as obras de melhoramentos de nossa Capital.

E' razoavel e justa a aspiração que mantemos de tornar nossa cidade um grande emporio commercial.

Precisamos attrahir para o nosso porto o maior movimento e, para isso, mister se faz que a via ferrea Leopoldina Railway tenha para elle tarifas proporcionaes á distancia effectiva em que se encontram as zonas productoras, porque, assim, teremos differença sensivel de frete a nosso favor, garantindo-nos a preferencia commercial.

De facto, Santo Eduardo dista de Victoria cerca de 190 km... e do Rio cerca de 350 km. achando-se em identicas condições todos os outros pontos do sul de nosso Estado. Mesmo Cachoeiro de Itapemirim, que dista de Victoria 160 km. e do Rio 438, tem uma despeza de transporte para a nossa Capital igual á que tem para o Rio.

O nosso commercio, pelo seu legitimo orgão, clama contra a Companhia Leopoldina, porque isso lhe parece um contrasenso e os governos se empenham junto aos poderes centraes para corrigir a anomalia. Entretanto, se não tem examinado nem procurado a verdadeira solução do problema.

Com as más condições de traçado dentro do Estado, a Companhia Leopoldina tem o seu custo de trafego elevado, talvez, ao quintuplo para Victoria, do que elle representa, em igualdade de distancia, para o Rio.

E' ella uma empresa constituida e organisada para explorar os transportes, como sua unica industria. Precisa, pois, attender ás neces-

sidades de sua renda, que não corresponde ao avultado capital de que dispõe. Penso, pois, que ao envez de combatel-a, devemos, ao contrario, harmonisar os seus interesses com os do Estado e remover, de modo economico e intelligente, os embaraços que ella encontra para attender ás nossas conveniencias, sem sacrificar as suas.

Pelos elementos de informação que possuo, presumo que se poderá construir uma linha levissima, com as melhores condições technicas, de Victoria a Cachoeiro de Itapemirim, passando por Guarapary. Anchieta, Piuma, Rio Novo e Usina Paineiras, e com um encurtamento, pelo menos, de 20 kilometres.

Dessa linha, poderemos considerar quasi construida a ultima

parte de Paineiras a Cachoeiro.

O restante, pouco mais de 100 kms., não constitue um serviço difficil, está na possibilidade dos nossos recursos. Não será essa estrada a chave do problema? Não poderemos, desse modo, conciliar, por um justo entendimento, os interesses reciprocos da Companhia Leopoldina e do nosso Estado? Commissionei, ha cerca de dois mezes, o habil engenheiro dr. Flavio Ribeiro de Castro, para fazer esses estudos e fornecer-me os elementos que me permittam informar-vos, convenientemente, aiim de resoiverdes o que acertado vos parecer.

Ao citado engenheiro dei instrucções para um estudo completo, afim de ser examinada a possibilidade e conveniencia de se levar a linha de Paineiras a Itabapoana, porque, como plano complementar, poderemos resolver, com a Companhia Leopoldina, o mesmo problema, no seu percurso, tambem difficil, de Cachoeiro a Itabapoana, se nossos recursos permittirem.

A nossa viação ferrea para o norte do Estado Estrada de Ferro ficará resolvida com o plano a que me referi. Sobre Santa Cruz-Victoria elle venho fazer ainda algumas considerações.

A Companhia Victoria à Minas tem um mau traçado, no seu trecho de Victoria à Collatina. Pretende ella concertal-o, com a construcção da Estrada de Ferro Barbados-Santa Cruz. Penso que será de nossa conveniencia cogitarmos da ligação, pelo littoral, com linha de boas condições, entre Santa Cruz e Victoria.

Por um entendimento com as Companhias Victoria à Minas e Santa Cruz—Barbados, poderemos terligação directa, em optimas condições, entre Victoria e todo o norte de Minas, pela Estrada de Ferro Bahia e Minas.

O porto de Santa Cruz poderá ser um recurso para o caso possivel do congestionamento do de Victoria, como está acontecendo com o de Santos.

Estada de Ferro namental de 1916 a 1920, para servir como estrada Bom Jesus-Calçado de automoveis: mais tarde, foram abandonados os serviços e começada a construcção de uma estrada de ferro. Até Março de 1924, os serviços executados dessa via ferrea importaram em 350:000\$\text{S000}\$: dessa data, até 31 de Dezembro, foram gastos mais 91:798\$\text{S900}\$. Vae sendo construida lentamente, devido á falta de operarios.

Não obstante constituir ella uma legitima aspiração da população de Calçado, tendo comprimento, apenas, de 18 kms., jamais poderá cobrir as despezas normaes do seu traiego, vindo a ser fonte de grandes deficits.

Representando já um dispendio approximado de 500:000\$000, exigirá, ainda, um supplemento de mais de 1.000:000\$000 para ser concluida e apparelhada do seu indispensavel material rodante. A solução unica e razoavel é fazel-a constituir um prolongamento da Estrada de Ferro Itabapoana, que, estando obrigada a ter apparelhamento para 32 kms, de seu actual percurso, pode aproveital-o para estes 18, tornando, assim, mais vantajosas as suas condições de trafego.

Penso que convirá ao Estado um ajuste com a estrada, seja para encampal-a, seja amparando-lhe o credito para um emprestimo, vendendo-lhe os serviços feitos em seu prolongamento e habilitando-a de recursos para conclusão dos serviços, seja, finalmente, para estabelecer, com ella, um contracto nos termos do que foi feito com o Banco Pelotense para a nova administração do Banco do Espírito Santo.

Nenhum accordo havendo, necessario se iará, todavia, que ella obedeça ao regulamento geral das estradas de ferro no Brasil, para os effeitos de segurança pessoal dos passageiros e que attenda melhor ás exigencias de um serviço, por sua natureza, ligado ao interesse publico.

Actualmente nenhuma ligação ou subordinação tem mantido com a administração do Estado. Neste caso, transformarei, em simples estrada de rodagem a que está sendo construida com traçado para estrada de ferro, modificando, então, a construeção nos trechos ainda não concluidos.

Estradas de rodagem

Esta importante parte do problema geral da viação do Estado tem sido objecto do mais vivo cuidado das administrações anteriores.

No periodo de 1916 a 1920, constituiu a parte mais importante do programma administrativo.

Foi organisado um plano geral, estabelecendo-se condições technicas favoraveis e dentro delle construiram-se alguns trechos como o de Santa Leopoldina à Santa Theresa, de Alegre a Rio Pardo, etc., que ainda perduram.

O governo passado proseguiu com firmeza nesse proposito e muitas foram as estradas então concluidas.

Sem desejo de ferir susceptibilidades, devo, comtudo, dizer que, por falta de orientação technica competente, nenhuma dellas obedeceu ás condições essenciaes de trafego economico e nem teve o conveniente serviço de drenagem para aguas pluviaes, pelo que todas ellas precisam de reconstrucção. Alem disso, não ficaram adstrictas a um plano geral; foram feitas, indistinctamente, em varias regiões.

A Directoria de Viação está reorganisando, com algumas modificações, o plano traçado em 1919 para ser executado, com segurança, aproveitando o que já tiver sido feito.

Penso que deve competir ao Estado a construcção das estradas geraes, servindo a varios Municipios e a respectiva conservação, cabendo a estes as suas estradas vicinaes. Para as que servem a um só Municipio e convergem para estradas geraes ou vias ferreas, a execução, segundo me parece, deverá competir ao Municipio auxiliado pelo Estado, com a metade do seu custo e, depois, conservadas pelo Municipio. Sem um criterio que regule os casos da competencia do Estado e dos Municipios, chegaremos ao resultado de fazer o Estado estradas até para serviço de um só proprietario e seus colonos e de não se poder attender as solicitações que serão numerosas.

Mantenho, de accordo com o programma das administrações auteriores, o proposito de proseguir na construcção das estradas.

Destas, estão sendo reconstruidas a de Lage a Itaguassú, que serve aos Municipios de Collatina. Itaguassú e Affonso Claudio. A que foi já construida entre esses poatos, está exigindo alargamento geral, abandono de alguns trechos, execução de obras de arte e reconstrucção geral.

A estrada que serve a Victoria. Cariacica, Alfredo Maia, Santa Leopoldina, e que será de caracter geral, está bem atacada, devendo ser prolongada a de Affonso Claudio e ter. mais tarde, ligação para Conceição do Castello, com melhoramentos indispensaveis no ultimo trecho que se acha construido.

Como terminação de serviços já começados, pretendo prolongar a de Muquy a Tres Barras, até Conceição do Muquy; ligar a Ponte do Itabapoana á que parte de S. Pedro; completar e conservar a de Alegre a Rio Pardo, fazendo a de Rio Pardo ao Principe; ligar Santa Theresa ao Barração de Petropolis; prolongar a de Collatina a Mutum e completar a de Moniz Freire a Castello.

Estamos completando e reconstruindo a estrada de Victoria à Serra, que,como as outras, não tinha obras para esgotos pluviaes e concluindo a de Praia Comprida e a de Santo Antonio, com o proposito de fazer ligação, contornando toda a ilha de Victoria. Nas zonas ao norte do Rio Doce, poucas estradas foram atacadas, constituindo ellas objecto de estudo. Uma vez organisado o plano geral, que acima menciono, irei dando-lhe execução, conforme os recursos orçamentarios que forem autorisados. Calculo que esses varios serviços de estradas de rodagem e desobstrucção de rios navegaveis, exigirão um credito de Rs. 2.000:000\$000, para o proximo exercício.

A seguir encontrareis o quadro geral das estradas de rodagem de 1º e 2º classes existentes no Estado em 31 de Dezembro de 1924.

Designação da estrada	Extensão	2º semestre de 1924	Estado em que se aeliam	proximo exercicio	OBSERVAÇÕES
Victoria á Serra	30 Km	24.9708387	Em reconstrucção e acabamento,	30.0005000	Para o letro o drenagem.
Victoria á Cariacica	10 Kui	28:8985027	Em construcção	70 0005000	Para a ponte da passagen. Deverásos de la classe. Paltan 7 km e servicos de drenacem.
5	13	15,		450:0005000	Previsa de obras, modificações e macadamisação.
S. Leopoldina a S. Theresa	228	151	boas condições	'S1	Está arrendada, mas, talvez, procise de conseivação do Estado.
S. Theresa a Itaguassú	00	9:370\$500		80:000\$000	Main damailicada com as chuvas, precisa de reconstruccio.
Itaguassú á Lage	10 Km	33:6518000	Em reconstrucção	120:0005000	Precisa de obras de drenagem, modificação e alargamento.
Castello a Muniz Freire		32:000\$000		80:0005000	Precisa de reconstrucção, alargamento e obras de decangem.
Muniz Freire a Alegre	+0 Km	4:045%600		120:0005000	Precisa ser modificada e methorada.
Muquy a Conceição	25 Km	32:000\$000		30:0005000	Para continuação, estendo telta só uma parte.
D. America a São Pedro	18 Km	11:3825000	-	·Ji	Estrada entregue ao Municipio de S. Pedro, que reclama um
Castello á Conceição	+0 Km	rs,	Q	30:000:000	Precia de reconstrucção.
C. de Itapin, ao Amarello		32:0785677	Em construcção	15:0005000	l'recisa cer conduida até o asylo de orphãos.
Alegre a Kio Fardo		"3	Mao	80:0005000	Para as obras de drenagen e reconstrucção.
	THAT COL	16000400000		0005000190111	
		Estr	Estradas em projecto, estudo e construcção	ucção	
Cariacica á Alfredo Maia Figueira á Alfonso Claudio Affonso Claudio á Castello S. Theresa á Barração Collatina á Mutum.	50 Km 20 Km 16 Km	13:1768570	Em estado Regular-parte feita	150:000\$000 260:000\$000 30:000\$000 50:000\$000	Deverà ser parte integranto de uma estrada gerat de 1n. classe. Deverà ser parte de uma estrada gerat de ta. classe. Para intelo e estuda. Para conteço e prinseiro trecho. Fara continuação.
		Estradas v	vicinaes não carroçaveis que merec	merecem menção	
Rio Pardo a Principe Minoso a Santa Rosa Araguaya a Af. Claudio São Felippe a Frecheiras Santa Cruz a Lauro Muller	52 Km 20 Km 84 Km 20 Km 40 Km	\$3:000\$000 5:000\$000 5:234\$000 7:165\$000	Precisa alargamento e modificações Regular parte feita Mão Mão Tem pequeno trecho		A fazer nos exercicios vinúburos. Deve licar so Municipile a terminação. de difficii e dispandiosa construcção. Deve ser municipal. Deve ser inmitcipal. Deve ser construida mais tarde.

Conclui varias obras iniciadas no governo passado, tendo outras em execução, taes como as cadeias de Castello, Itaguassú, Santa Theresa e Veado, escolas ou grupos escolares de Castello, Veado, Collatina, Santa Leopoldina, Affonso Claudio, Muquy e Conceição do Castello, Gymnasio de Cachoeiro de Itapemirim, estações de Pedreiras. Santo André e Vargem Alta e varias pontes. Estou providenciando sobre a construcção do predio para grupo escolar em Alegre e escolas em Guarapary e Anchieta. Adquiri predios para as escolas de Conceição da Barra e Santa Theresa.

Julgo que, no proximo exercicio, esta verba comportará um credito de Rs. 500:000S000.

As pontes a que acima me refiro, estão construidas sobre os rios Preto, em Santa Maria, com 30 ms.; Imbitiba, em Iconha; Novo, em Cachoeirinha, com 32m.78; Novo, em Vargem Alta, e Fructeiras. Acham-se em construcção outras, sobre o rio Muquy do Sul; Itapemirim, em Sabino Pessoa; Itabapoana, em Bom Jesus; esta a ser auxiliada pelo governo fluminense.

Serviços diversos

Começada no governo passado, achava-se em adiantada construcção, tendo sido transferidos para Penitenciaria do Estado ella varios sentenciados, ainda em Maio, do anno na Pedra d'Agua findo. Não offerece ella a menor segurança para o fim destinado.

A Directoria de Obras projectou grandes modificações, que se estão fazendo com cimento armado, em substituição das paredes frageis de madeira ali encontradas.

Esses trabalhos estão sendo executados pela Commissão de Me-

lhoramentos da Capital-

O predio está sendo apparelhado para o or-Palacio Santa Clara phanato já ali installado, mesmo sem as accommodações. Em outra parte desta mensagem fiz menção a respeito.

Além do serviço local de diversas cidades.

Rêde telephonica possue o Estado as rêdes de Cachoeiro de Itapemirim. Pameiras. Villa e Barra de Itapemirim.

ligadas à usina Paineiras: Cachoeiro, Pedreiras. Santo André e Castello; Cachoeiro, Vargem Alta, Virginia e Guiomar, ligadas aos Serviços do Itapemirim: Victoria, Vianna, Marechal Floriano, Campinho
até Mathilde: Victoria e Cidade do Espirito Santo, ligadas aos Serviços
de Victoria; São Matheus, Santa Leocadia, Tapuyo e Nova Venecia,
ligadas à Estrada de Ferre São Matheus.

A rêde mais importante do Estado liga Victoria á Cariacica, Santa Leopoldina, Santa Theresa, Figueira, Itaguassú e Affonso Claudio,

Quasi todas essas redes foram da inciativa do governo passado, que, com ellas, proporcionou a toda a região inestimavel prestimo. Esses serviços estão sendo melhorados e ampliados, não produzindo, entretanto, renda correspondente ao seu custeio. A despeza com a remo-

delação desses serviços para tornal-os satisfatorios, exigírá importante somma; todavia, com a dotação de Rs. 150:000\$000, para o proximo exercicio, poderão ser melhorados gradativamente.

Referi-me, em folhas anteriores, a alguns

Serviços arrendados desses serviços.

Eis a relação do que foi pago pelos serviços no-

Total	1.225:1248685
Augmento na casa á rua 7 de Setembro	10:000\\$000
Valor do predio á praça Costa Pereira n. 10	125:000\\$000
Augmento na rede telephonica	3:000\\$000
Augmento na via permanente em Victoria.	25:527S000
criptorio central	13:869\$500
Augmento de moveis e machinismos no es-	
Valor de um pagamento feito á Prefeitura.	12:000S000
Augmento de machinas nas officinas	34:883\\$506
Construcção de um bote	1:426\\$800
Construcção de uma lancha	11:367S 4 92
Augmento de medidores alugados	53:623\$760
Augmento da rêde de força e luz em Victoria	159:115\$000
Linha de transmissão Jucú-Vianna	33:000S000
Augmento na Convertidora	146:004\$475
Usina de Jucú,	537:500S000
Agua e esgotos	58:807S152
vos dos Serviços Reunidos de Victoria, S. A.:	

O governo passado, bem como os anteriores,
Navegação maritima muito se interessaram pela desobstrucção de nossos
e fluvial rios, facilitando os meios de communicação por via
fluvial e concorrendo, tambem, para melhorar as nossas condições de salubridade.

Como meio de transporte, pouco favoraveis tem sido os resultados alcançados. Não abandonei, comtudo, os serviços.

Está sendo feita, administrativamente, a navegação do rio Doce, como sahida natural para os lavradores de cacáo, que vão desenvolvendo a região.

Têm sido mantidas as subvenções as empresas, que fazem os serviços de nossos portos e pretendo envidar os maiores esforços para termos, em toda a nossa costa, pelo menos, um navio por semana, com ponto central de partida nesta Capital.

Emquanto não tivermos via ferrea que normalise nossas communicações, é indispensavel, mesmo com algum sacrificio para o Thesouro, que não seja o transporte demorado e irregular, como actualmente se verifica entre os portos do Estado e esta Capital e entre uns com os outros portos.

Para subvenções e custeio de um tal serviço, será necessaria a dotação, para o proximo exercicio, de Rs. 100:000\$000.

Dou a seguir, em rapido resumo, a situação das diversas verbas destinadas aos varios serviços da Secretaria, em 31 de Dezembro proximo passado:

Balancete de 23 de Maio a 31 de Dezembro de 1924.

	108:2018100	01:708/5000	200:000\$000			•	•	•	•				7.	CSI	. =	130	2.0	1.0	9	Estrada de Perro Bom Jesus
	13:000000		18:000%000			•	•	•			•		775	153	=	150	SCI	; 5	. 5	inspecção de serviço de terras.
	1.005:9528115	1.494:0478885	2,500:000:000			•	•		•	=	Horia	1	3	503	- 1		3	N	3 00	Serviços de memoramentos de
	388:697\$049	611:302:9051	1.000:000:000			•	•					:.	- 3	130	Matheus	Ċ			2	Estrada de Perro S.
34:817\$900		44:817\$000	10:0005000			•	•	•							-		Tiere	1	-	STATES & Haterlace
	20:368\$182	70:4055818	90:864%000			•	-	•									yuana.	1	1 5	in south
	31:600\$000	3:400%000	30:00025000		٠	•	-		7	=	10141	-	10100			Α,	1		-	Deenal
	34:0785000	265:9225000	000000000000000000000000000000000000000		٠	•	•			-				: :	nepecció de	1	rerro l		0 00	Stradae
	50:540\$876	140:459\$124	200:0005000			•								HIH	Rapemirin	-	CITO			Suada
	580:921\$179	119:078#821	1.000:000:000			-		THE	=	10		obras		.0	nce	S		, 5	aça	conservação e construcção de
07:595\$893		197:5955093				•								-	A.D.	130	1	1.6		sudda de retro Benevente
	1:500\$000	1:5008000	0:0005000			•	•		1	E	1111		CIT	-	10 (100	100	70	30	iscalisação e medição de terras
	13:9525-1-10	26:0179560	-10:0005000			•	•	-									200	THE	, and	ervicos agricolas.
	4:0685000	1:3328000	054005000			•	•	•	•										JIG.	xpediente
13:8235200		25:8235200	15:0008:000			•	-	•		•									Ties	ransportes
1:1319000		3:1315000	3:0005000			•														MOVELS .
	18\$700	1:981\$300	3:0003000	•			•	•		•				•			•	•	3	Servences.
	29:500\$000	5005000	30:0005000			•	•			٠							SUL	TIC	Sil	remios agricolas.
	2:736\$000	3:26 15000	6:0005000		•	•	•	•								ico.	TOT	lein	ser	Serviço semaphorico.
	85:729\$619	44:270\$381	130:0005000				•				•			•	801	nan	ord	ctra	Sex	Serviços extraordinarios
	3:587\$750	3:4125250	7:0005000		•		•	•		•				•	25	ard	6	0	aça	onservação de jardins
	15:624\$516	4												•	OF.	do interior	.5	2	nes	Celephones
Deficit	Spido	Despeza	Verbn		1	1	9		ii I			1							İ	

Instituidos pelo decreto 5.248, de 10 de Fe-Serviços de Melhora- vereiro de 1923. giravam dentro da pequena verba mentos de Victoria de 500:000\$000.

Tive, eu proprio, o honroso encargo de os iniciar, collaborando, tambem, em seus delineamentos geraes.

Durante os primeiros mezes, dada a pequenez da dotação orçamentaria, occupei-me dos estudos da principal obra do grande plano de remodelação: a Avenida Capichaba, dando começo, em 9 de Abril, aos trabalhos de escavações e promovendo as desapropriações que, só por si, na sua primeira parte, até o antigo edificio dos Correios, exigiam cerca de 700:000\$5000.

Mantive o mesmo plano de melhoramentos e, como a nossa folga orçamentaria actual tem permittido um forte incremento a esses trabalhos, fiz convergir, para elles, o melhor dos meus esforços, no intuito de não mais retardar a execução de tão justa aspiração do nosso povo e terminar, quanto antes, este periodo desagradavel e incommodo de demolições e reconstruçções.

Procurando attenuar taes incommodos e não concorrer para mais aggravar a escassez de habitações, tenho feito executar, simultaneamente, a parte do contracto de 1º de Setembro de 1922, em que o Estado se comprometteu a fazer casas para funccionarios e operarios.

Assim, tem sido bem maior o numero das construçções novas do que o das velhas casas demolidas.

Esse plano geral tem visado: primeiro, a ampliação da cidade, com a creação de varios bairros; segundo, as obras de salubridade e, finalmente, os trabalhos de embellezamento e conforto, que venham dar á cidade o aspecto compativel com as bellezas naturaes de nosso porto.

Assim, estou formando o bairro de Jucutuquara, e tornando mais accessiveis os de Praia Comprida. Sua, Bomba, Maruhype, Ilha Santa Maria e Santo Antonio, tendo adquirido a chacara Moniz Freire e a do Mulundum para, reunidas a nova rua da Varzea, constituirem um bom agrupamento de ruas.

Em beneficio da salubridade, tenho demolido velhas casas detestaveis, reconstruido serviços de esgotos, trabalhado activamente pelo novo supprimento de agua e melhorado os esgotos pluviaes. Finalmente, como embellezamento, estou alargando e calçando nossas ruas, fazendo escadarias, corrigindo alinhamentos extravagantes, dando realce ás novas fachadas e aspecto elegante á nossa praia com ruas de contorno e construindo edificios publicos modernos, como os que se destinam a mercados, a grupo escolar, a almoxarilado, etc.

Com esses varios serviços, inclusive desapropriações, acquisições de propriedades e compras necessarias, dispendeu-se, de Junho a 31 de Dezembro, Rs. 2.216:336S484. Ao serem apuradas as contas, verifiquei a insufficiencia do saldo autorisado no orçamento para occorrer, no segundo semestre do exercicio, ás despezas necessarias ao proseguimento, com a mesma intensidade de trabalho, os serviços que se vem executando. Por outro lado, a necessidade de regularisar despezas de serviço de

abastecimento de agua, para os quaes, tendo embora autorisação legislativa, não tive o credito necessario fixado obrigou-me a abror pelo decreto 6.770, de 16 de Abril, o credito supplement, o de 5 os nos seno, que submetto á vossa approvação.

As despezas de 2.216.11.5494, acuma referalas, tên a seguinte discriminação:

Desapropriações.	270, 150- 041
Mão de obra e materiales	1.70 % 18251
Existences no Almoxosfado	271 2115 01
Tressoul technico e adama str. tivo.	475.45 St. 3

Até 31 de Dezembro, fora a conclustas as obras do casa Marechal Hermes, do escudaria Mara do cada fora do casa do ses José Braga. Violentro do salva e Arado a Parto Arado de inflammavos, dos 44 casas compañas antes de Jacob de 19 versos

pequenos servações.

Achavam secon million modes of the prolong mento divided Overtee divided to the prolong mento divided Overtee divided to the prolong to the toda a drewigem desser Averal divided of the prolong data the Henrique of Novares despreading the divided of the prolong divided of the prolong divided of the divided

importances.

Mercee aqui especal menção o porco de Victoria.

Como e de vosso compormento, la oltas de nossa porto, atacadas intensamente para l'organisma de la calenta de la value de la começo da guerra, em estado de casa a la para vaso de casa adata, sem que a Componhia concessorar a la ser podido com agadas.

A necessidade premente de concieras e exploral-as, como meio univo de desemb craçar o nosso movamento manteno, levou o governo passado a solicitar e obter a lei nº 4.643, de 17. Jan 270 de 1923, autorisando o governo federal a encampar taes serviços e transferil-os ao

Estado para serem, por elle, concluidos,

Com os recursos das administrações até 1920, não teria sido possível emprehender tão importantes trabalhos. A nossa situação actual, porém, muito mais folgada, nos permitte tomar os encargos e, por isso, desde os primeiros dias do meu governo, me tenho esforçado por conseguir a execução da lei federal acima referida.

Esta esseguado o decreto estabelecendo as bases para a rescisão

do accordo com a Companhia Porto de Victoria e para o contracto a fazer com o Estado, dependendo, apenas, do credito para effectividade da operação e do registro pelo Tribunal de Contas, de ambos os actos.

Como seja a Companhia Leopoldina a principal accionista da Companhia Porto de Victoria, foi estabelecido que o producto da encampação seria empregado em material de transporte para a mesma estrada. Assim, aquelle acto do governo federal, que tanto virá servir ao nosso Estado, em particular, favorecerá, tambem, á extensa zona dos Estados de Minas e do Rio, servida pela Leopoldina, facilitando os transportes e facultando-nos a conclusão de nosso porto. Servirá ainda, por essa forma, a importantes zonas de outros Estados que podem delle se utilisar.

Nada disso escapou ao alto descortino do grande brasileiro que dirige os destinos da Republica, nem ao seu Ministro da Viação. Praticando um acto administrativo de utilidade geral, tornaram-se, em es-

pecial, credores da nossa gratidão.

Aguardo, anciosamente, esses ultimos actos para que os trabalhos sejam recomeçados e atacados com a maior intensidade. Embora não conheça ainda os orçamentos para a execução dos serviços, penso que, com dez a doze mil contos, poderemos ter a primeira e, talvez, a segunda secção das obras em funccionamente, sendo necessaria a dotação annual de 6.000:000\$000.

Os nossos serviços têm sido executados, em sua maior parte, por administração, e alguns por empreitada global e tambem por tabellas unitarias de preço. A alta progressiva de todas as mercadorias, materiaes e salarios, não permitte a execução normal de serviços,

como se podia fazer em outros tempos.

Trabalhos ajustados por empreitada global tem tido augmento em geral, nada valendo os contractos, uma vez que não é justo que se pretenda arruinar os homens que os executam ou coagil-os a aban-

donar as empreitadas.

Escolhi auxiliares da mais absoluta idoneidade, adoptando para as compras a concurrencia publica e procurando, em todos os actos, prestigiar os bons e competentes. Por esta forma acredito estar obtendo, para as obras que venho executando, com perfeição, o seu custo mínimo.

De algumas concluidas, declino abaixo o	custo respectivo:
D Mr	45:475\$912 69:928\$038
Alargamento da rua Jeronymo Monteiro.	
Casa J. Braga & Cia	29:2348597
Casa Włademiro da Silveira	11:7858300
Alargamento da rua 7 de Setembro:	
Casa Pinto Aleixo	34:347:995
Deposito de inhammaveis c. 8 x 20 ms	18:300:5000
Casa Florencio Aguiar (substituição do sobrado)	47:8468739
Garage para caminhões (nos fundos do edi-	40.000 10.44
ficio onde funcciona a Prophylaxia) .	12:980\$946
Rua 9 de Janeiro, calçamento e tudo mais	33:807\$375
Macadamisação da estrada à Praia Comprida.	
faltando pouco para ser terminada	179:0078250
Serviços da estrada de Santo Antonio, até	
31 de Dezembro	112:461\$840

Os serviços estão organisados e rigorosamente escripturados e fiscalisados de modo a fornecer-me elementos para conhecel-os com todos os detalhes, não os mencionando por estarem em execução.

Não se deve perder de vista, as grandes despezas com os alargamentos de ruas, que exigem não somente o pagamento aos proprietarios, como tambem aos inquilinos commerciantes, que têm o seu negocio embaraçado.

O relatorio do Secretario da Agricultura completará, em suas minudencias, as minhas informações.

Encontrareis a seguir a relação do stock do material existente no almoxarilado dos «Serviços de Melhoramentos de Victoria», em 31 de Dezembro de 1924.

Quantidada	Especificações	Preço	Preço total
75 2 M3	de areia grossa	(15/13/41)	679\$500
8 Ro	das de arame fino	2-800	228400
	os de arame grosso	25200	107\$800
46 Ba	laustres de cintento	2551111	1:150:000
47 Cat	bos para ferramenta	18250	58 750
	rricas de cimento	205500	49:6962500
217 Sac	ccos de cal	4 2 1 1 1 1	1:3025000
	cotes de dynamite	35-1987	3:465*000
67 Ro	das de estupim	252011	1478400
2.878 Esp	poletas para dynamite	5990	633\$160
210 En.	xadas	48700	1:827\$000
222 Pac	rotes de estopa	18420	323\$760
	xadões	652011	6598600
3 Foi	ces	55500	168500
H Qu	artolas de betume aspiralto.	15.180mm	1:683\$000
	artolas de pixe variado		3:6538500
	de ladrilhos diversos		144:9325000
15 Cai	xas de gazolina	.295,200	5748500
6.850 Kile	os de vergalhões, dimensões diversa-		9:210 700
	os de aço rapido, dimensões diversa-		10:0568800
L488 Kile	os de chopos de ferro preto	18600	2:380\$800
5.596 Kile	os de ferro em barra, dimensões div		7:507\$400
	e estacas		21:800\\$000
12 Car	ninhões		77:300:000
7 Rat	os completos		1:4508000
212 Mac	ços de pregos	584441	1:060\$000
10 Tar	npões	3748027	3:7498270
397 Kilo	os de aço em barra, dimensões div.		798\$560
590 Kile	os de ferro quadrado		896\$700
	is de aço oitavado, dimensões div.		1:026\$900
	is de ferro longarmo, dimensões div.		1:0345850
	os de cantoneira de ferro, diversas dim. china compressora de ar lug. Rland		2:482\$500
C	accessorios		29:1258640
44.093 Tijo	olos por milheiro	toxisoxo	4:409\$300
	taboas de friso	88500	2:230\$000
566 MI	de ripas	\$300	169\$800
400 Per	nas de serra m3	2408000	1:960\$000
20.832 M3	de pranchões	240\$000	4:999\$680
100,000 Par	allelepipedos por 1.000	300\$00C	30:0003000
	as (meios fios)	2. 1	19:321\$350
39 Lajo	Des .	85000	312\$000
1			444:214\$620

O quadro demonstrativo seguinte vos mostrará as despezas effectuadas de Julho a Dezembro de 1924, pelos «Serviços de Melhoramentos de Victoria», com as obras novas.

Natureza ou local da obra Serviços concluidos	Em anda- mento
Caes Marechal Hermes	
Escadaria Maria Ortiz 69:928S038	
Corte da casa J. Braga 29:234\$597	
Idem, de Vlademiro da Silveira 11:785\$300	
Idem, do cel. Antonio P. Aleixo 34:347S995	
Deposito de inflammaveis	
Rua 9 de Janeiro	
Avenida Capichaba	164:971\$632
Casa Florencio V. Aguiar	47:846\$739
Pharmacia Central	7:6765762
Hotel d'Europe	22:0815628
Casa José Nella	12:000\$000
Casa Manoel Guimaräes	8:0005000
Casa Flor de Maio	10:520\(\infty\)
Ladeira de S. Francisco	33:6135442
Enrocamento	54:7018921
Ladeira de Palacio	44:805\$346
Casas para funccionarios	300:3605000
Mercado novo	18:305\$739
Construcção do almoxarifado	20:505\$950
Penitenciaria	13:081\$8(4)
Barracões	12:973\\$(0)
Olaria	3:356\$700
Garage	12:9805946
Estrada da Praia Comprida	172:909\$250
Estrada de Santo Antonio	90:022\$020
Estrada de Fradinhos	22:193\$496
Estrada de Jucutuquara	138:275\$988
Diversos boeiros	<u> 165:557\$699</u>
Totaes parciaes	1.376:740\$908

RESUMO:

Total dos serviços concluidos	
Material em stock, conforme quadro anterior	444:214\$620 _2.066:531\$620

Apresento-vos, ainda, o orçamento provavel para a construcção das obras em andamento dos «Serviços de Melhoramentos de Victoria».

Drenagem						412:5005000	
Conclusão da Avenida						510:0005000	
Alargamento da Avenida .						878:0005000	
Arborisação da Avenida .	-					13:000\\$000	
Construcção de predios			•	-		3.392:0005000	
Estradas			-			930E00E000	
Abertura de ruas		-	_	_	_	1.075/0008000	
Calcamentos							
Serviços de cortes de casas	•	-		•	4	2000005000 9,548;600;	STREET
Administração e imprevistes	1.5	;	_	_		1,432-290;	(uni
						10,080;890;	(ER)

Sejam 11,000,000 Sean em numeros redondes.

Deste organiento uma bóa parte representa emprego reproductivo do dinheiro publico na construcção de mercados e de casas para funccionarios e operarios.

Contractos diversos

Além dos contractos de agrendamento ja referidos, varios outros foram lavrados, especialmente em virtude da autor, sação legislativa nº 1.303, de 23 de Dezembro de 1921.

O governo passado muito se preoccupou com a exploração de nossa enorme riqueza florestal, peta exportação de máleiras. Votada a lei acima celebrou varios contractos nella escados. Em goral, para taes contractos é exigida a montagem, em propriedade dos concessionarios, de uma ou mais serrarias, de en ade capacidade, e a contribuição para pagamento do fiscal do contracta, como obrigações onerosas para o contractante. Fora disso, têm elles a madeir a gratuitamente, pagando so o imposto de expertação e, esse mesmo, reduzido a 80% do seu valor para o consumo interno, e são obrigados a fazer caminhos, pastos, desobstrucção de taos emíim, serviços exigidos, pela sua propria exploração, ten la amida direito ás areas que cultivarem e aos terrenos que colonisarem, ate o limite de 6.250 hectares.

Para assegurar o fornecimento de madeira, os contractos abrangem commumente areas vastas as vezes; de algumas centenas de kilometros quadrados. Ora: havendo no sui do Estado grande numero de serrarias que nada exigiram e parecendo-me inconveniente, que o Estado seja obrigado a reter, para esse fim, tão fabulosa extensão territorial, em poder dos contractantes, vou procurando modificar taes contractos, impondo novas obrigações, sempre que por qualquer modo, se encontrar na dependencia do governo, salvo casos em que, tendo sido já leitas despezas importantes, não me parecer correcto tal modo de agir.

Tenho reservado o direito ao Estado de vender terras para colonisação, dentro das areas concedidas, com a condição unica de não poderem os compradores explorar o commercio de madeiras e estabelecendo condições para as areas a se considerarem colonisadas. Em alguns casos, pretendo, aproveitando o não cumprimento de clausulas contractuaes, rescindir contractos conforme o permittirem as suas clausulas, desde que tenham sido concedidos favores maiores do que os legalmente convenientes.

Dir-vos-ei a seguir sobre varios outros contractos.

Celebrado nos termos da lei, vae sendo Contracto com o dr. executado com pequeno retardamento de praso.

Domingos Cunha Nenhuma modificação fiz em virtude de haver grandes capitaes empregados da parte do contractante e o proposito firme de cumprir as suas obrigações.

Abrangia terrenos em litigio com a Bahia e

Contracto com Raulino Costa

Estado. Fiz pequenas modificações, de accordo
com o contractante que já havia feito despezas.

Em 30 de Dezembro de 1922, o governo con-Contracto com Trajano cedeu extensa area nas vertentes do rio Itaúnas, de Medeiros & Cia. para extracção de madeiras, com a condição de ser feita da Serraria Ponte Velha, de sua propriedade, uma estrada a se denominar Estrada de Ferro Barreado até a foz do Barreado, no Itaúnas e de construir ali uma grande serraria.

A 5 de Agosto, o mesmo governo comprou a estrada de ferro que liga Presidente Bueno à Serraria Ponte Velha e dispensou os
contractantes dos encargos da construcção da Estrada de Ferro Barreado, ficando-lhes, como unico onus, a montagem de serraria e isso
mesmo sem praso, porquanto dependia da chegada da Estrada de Ferro
Itaúnas a um porto de mar. Nada foi feito por essa firma e, como tive a
opportunidade de informar-vos, pretendo, por accordo, modificar esse
contracto.

E' semelhante aos demais. Sem a obriga-Contracto Alberto dos ção de serraria, tem a da colonisação que falta aos Reis Castro outros.

Embora não tenha sido cumprido, como envolva comtudo pequena area, não apresenta es inconvenientes que apontei nos contractos acima mencionados. A obrigação principal do contractante consiste na colonisação.

Comprehende uma grande area. O Estado Contracto José Alves se obrigou a construir as obras de arte necessade Araujo e Pedro rias á estrada de que elles precisam para a ex-Xavier de Almeida tracção de madeiras.

Os contractantes nada fizeram sinão a incorporação de uma sociedade anonyma para a exploração. Abandonaram por completo todos os direitos e obrigações e solicitaram largos prasos em prorogação dos que haviam sido estabelecidos.

Findos todos os prasos, pediram-me prorogação que indeferi.

Celebrado desde o governo do senador Ber-Contracto dr. João dos nardino Monteiro, tem tido varias prorogações e Santos Neves como nada tenha sido feito, propuz uma revisão no sentido de fazer-lhe pequenas modificações. Offerece elle a grande vantagem de um importante serviço de transporte fluvial, se for executado, e, por isso, penso que merece o apoio do governo.

Contem algumas obrigações onerosas ao Contracto Demerval Estado.

Amaral Estando, porem, em execução e com a serraria em funccionamento, sou obrigado a respeital-o.

Além desses, ainda varios outros foram assignados, sem que tivessem sido executados. Acho que, com facilidade, poderei modifical-os, não somente evitando a prisão inutil de largas faixas de terras, como determinando a forma pela qual deverá ser feita a colonisação a que alguns se referem

Contracto Banco do antecessor lez um contracto de encampação par-Espírito Santo— cial do Banco do Espírito Santo pelo Pelotense, ticando este com a maioria de acções e dous directores, e, portanto, com a administração do Banco.

São conhecidas as condições desse contracto, que deve produzir e tem produzido os melhores resultados. Embora ficasse o Estado com a responsabilidade de bóa ou má liquidação do activo do Banco do Espírito Santo, na data da encampação, tem o contracto produzido os melhores resultados. Tenho procurado desembaraçar o Banco de tudo que era improprio ao seu ramo de negocio. São, hoje, muito prosperas as condições do Banco, que conserçou, por contracto, a primitiva denominação de Banco do Espírito Santo.

Possuia o Banco do Espirito Santo, uma Companhia Territorial extensa area de terras adquirida da Societé Minière et Forestière e da da qual obtivera também a serraria de Barbados.

Antes de ser encampado o Banco, como pertencessem essas terras, em grande parte, ao Estado, o governo organisou a sociedade anonyma «Companhia Territorial», cujo maior capital era constituido por essas terras, ficando o Estado como principal accionista.

Quando assumi o governo, essa empresa devia ao Banco do Espirito Santo, já então ligado ao Pelotense, uma promissoria de........... 527:000\$000, com responsabilidade do Estado, vencida em Abril. Está ainda obrigada ao compromisso de mais 813:000\$000, a pagar em promissorias de vencimento a vencer, montando, pois, em Rs. 1.340:000\$000 os encargos.

A empresa não possuia senão terras, que precisava vender e justamente a parte vendavel, situada ao longo da margem esquerda do rio Doce, numa extensão approximada de 42 k²., por uma largura de 15, estava presa a um contracto de exploração de madeira, anteriormente feito pelo Banco, com a firma Chagas, Lino & Cia.

Promovi a rescisão desse contracto, para libertar as terras, modificar o contracto de arrendamento da serraria de Barbados, tendo sido preciso compral-a ao Banco do Espirito Santo. Indemnisei esse estabelecimento de credito dos prejuizos resultantes da exigencia da firma Chagas, Lino & Cia., para a rescisão. Taes transacções acarretaram as seguintes despezas:

Pagamento de promisssoria			527:000\$000
 augmentos da serraria 	_	_	75:000\$000
Prejuisos de arrendamentos não pagos :			43:165S45()
Compra da serraria pelo preço do inventario			457:000\$000
			1,102:165S45D

Addicionada essa importancia á de Rs. 813:000\$000, em promissoria a vencimento futuro. ficou a cargo da Companhia Territorial a somma de Rs. 1:955:165\$450.

Ligada aos interesses do Estado, como é essa empresa, o Thesouro forneceu-lhe recursos no vaior de Rs 1.140:330\$000. Não deve preoccupar-nos a responsabilidade porque os terrenos, ora libertados, representam muitas vezes o vaior do encargo. Os actuaes directores dr. Attilio Vivacqua e coronel fideionso Brito, possuem todas as condições de idoneidade. Quatro ou cinco mezes depois de livres as suas terras, já ella apurou, mais de 500:000\$000, de vendas effectuadas.

Essa operação, determinada pelas circumstancias, e em virtude do contracto entre o Estado e o Banco Pelotense, constituiu um acto administrativo de grande interesse.

Além disso, ha a considerar o grande surto que vae ter o Municipio de Collatina, com o desembaraço de mais de 600 kms. quadrados de suas terras, ao longo do Rio Doce e da Estrada de Ferro Victoria á Minas.

A directoria da Territorial está resgatando, por antecipação, os encargos restantes ao Banco do Espirito Santo, contando vender, neste anno, terras no valor de Rs. 1.000:00080005.

Outros contractos tem ainda o Estado de importancia secundaria.

Carta geographica e geologica do Estado

Reputo trabalho de grande importancia e da maxima utilidade para o Estado. Todas as cartas que temos são obscuras e nada dizem da grande região do norte. A mais recente, organisada em 1911, por ordem do presidente dr. Jeronymo Monteiro, pela urgencia com que foi feita, alem de incompleta, apresenta grande numero de faltas.

Emquanto não se organisa no Estado uma commissão geographica e geologica permanente, penso em aproveitar os engenheiros dos serviços federaes que estão fazendo levantamentos do norte do Estado, por determinação do Director Geral dos Telegraphos, e auxiliando-os, pecuniariamente, facilitar, assim, a execução do serviço.

Já tenho tido entendimentos com aquella directoria á qual prometti o concurso do Estado.

Estou, tambem, contribuindo para o levantamento directo da parte da região norte do Estado, em virtude do accordo firmado com a Bahia e do qual vos dei sciencia em outra parte desta mensagem,

Para o concurso do Estado no levantamento acima referido, necessito, no proximo exercicio, do credito de Rs. 100:000\$000.

Feitos apressadamente, em 1909, sem terem tido conservação satisfatoria, arrendados sempre a empresas que só visavam lucro, encontram-se esses serviços em pessimo estado, exigindo demoradas e dispendiosas obras.

Verificando o mal advindo do arrendamento, chamei os serviços a administração do Estado, quando fiz a reforma do contracto dos «Serviços Reunidos de Victoria».

A linha adductora defeituosa, sangrada em varios pontos e cheia de vasamentos, precisava de modificações e substituições. Comprado o material que se encontrou, porquanto não havia á venda no paiz, foi feita uma nova travessia submarina, supprimindo-se um ponto alto no morro da Villa Rubim que, alem de causar pressão alta e desnecessaria no trecho submarino, reduzia a defividade, diminuindo a descarga do encanamento.

Os trabalhos mais urgentes estão já feitos, tendo a actual travessia submarina 450 metros, menos da metade do comprimento da que funccionou em Guayamun. Terminados ha poucos dias, já determinaram apreciavel reforço de volume supprido ao reservatorio de Santa Clara.

Para reforço do abastecimento, adquiri todas as propriedades das cabeceiras dos corregos Panella. Naya Assú, Bubú, Carimbau, Caetano da Silva e que formam as Duas Boccas ou se perdiam mais abaixo, de modo a se poder duplicar o volume do Pau Amarello, unico que abastece a cidade. Encommendei o encanamento preciso para uma segunda linha de capacidade igual a da actual para todo o seu comprimento, e estou providenciando para que o actual supprimento d'agua seja triplicado e fique em situação de muito maior augmento.

Está feita a captação do corrego Fradinho e em andamento a substituição de muitos trechos e ramaes da linha distribuidora para o estabelecimento de uma segunda linha distribuidora tronco, que, partindo do reservatorio Santa Clara, vá. directamente, ligar-se á actual, nas proximidades da praça Costa Pereira, de modo a tornal-a de capacidade dupla.

Todos estes serviços estão sendo executados com firmeza.

Defeituoso desde sua inauguração, vem exi-Serviço de esgotos gindo dispendiosos reparos. Projectado como systema separador absoluto, não tem as condições, para isso, indispensaveis e funcciona pessimamente. Devendo ter a descarga geral no Forte de S. João, jamais esteve, neste ponto, em funccionamento regular. Numerosas descargas de ramaes domiciliarios se faziam em esgotos de aguas pluviaes, com graves inconvenientes.

Todos os serviços de agua e esgotos estão sendo feitos de um modo definitivo nas ruas,á proporção que estão sendo calçadas e gradativamente nas demais, segundo a urgencia reclamada. As despezas de taes serviços montaram, até 31 de Dezembro, em Rs. 573:058\$815, tendo sido arrecadados Rs. 119:781\$985. O Thesouro forneceu o excedente.

A seguir vereis em seus principaes detalhes, a applicação dada: Captação do corrego Capichaba com uma caixa e rêde de distribuição:

de distribuição:		
Material	2:885\$570 1:174\$015 4:059\$585	
Modificação do traçado da linha a travessia submarina		
Transporte	1:88o\$8oo	
Mão de obra		
Captação e canalisação do F		
A ponte feita, ainda não concluida por ragem, custou :	se estar fazendo a bar-	
Material		
Serviços de agua da rua Ga	ma Rosa	
Material	:664\$500	
Idem da rua Coutinho Mase		
Material	:413\$300 627\$500 5:040\$800	
Prolongamento da rêde de agu	a e esgotos	
Caes de São Francisco	2:848\$300	
Rua Nova da Varzea	1:594S000	
Morro do Bom Retiro	940\$900	
Rua 15 de Novembro (Villa Veiha)	 83o\$6oo	
Argolas e Paul	4:767\$4aa	
Avenida da Liberdade	1:335S000	
Maxambomba (Villa Velha)	1:256\$400	
Santo Antonio e rua Professor Balthazar	1:32oSooo	
Esgotos		
Reformas	1:452\$100	
Redes novas		
Caes de São Francisco	· · · 2:861S000	
Rua Nova da Varzea	249\$550	
Morro do Bom Retiro	4:276\$3oo	
Avenida da Liberdade (só mão de obra)		
Conserva de agua e esgotos		
Administração e despezas geraes	30:703\$200	
Stock existente no almoxarifado	214.391\$090	
A execução completa dos serviços, taes ria, poderá ficar concluida em tres annos e	como julgo necessa-	

mente, o dispendio de 2.490:900\$000, abaixo discriminado, conforme orçamento e apreciação do relatorio do Secretario da Agricultura.

ORÇAMENTO PROVAVEL PARA REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTOS DE VICTORIA

.1gua

Modificação do traçado da linha adductora, incluindo	
material necessario	350:000\$000
Revisão da rêde de distribuição, com derivações e registros, nas ruas a calçar, numa extensão de	
2 k ^m , a 15S000 o metro	30:00 0\$ 00 0
Novas redes nas ruas em construcção e a construir com cerca de 2 k ² , com registros, ramaes, derivações, tomadas d'agua para incendio, etc. a	175:augSoog
22\$000 0 metro	43:000 S000
Rêde de distribuição na Avenida Capichaba	90:0005000
Rêde de distribuição em Jucutuquara	50:000\$000
Reservatorio de Jucutuquara	32:000\$000
Reservatorio em Cariacica e Praia Comprida	ნი:იიი ≘ იიი
Esgotos	
Revisão de rêde nas ruas a calçar, 2 kms. a 108000	
o metro	20;000\$000
ques, poços, etc. até à praça 8 de Setembro Rêde de esgotos de Jucutuquara, sem a linha de re- calque para lançamento no mar, com as deri-	25:000\$000
vações, tanques, poços fluxiveis, etc	50:000\$000
truir, 2 km. a 158000 o metro	30:000 S000
de São João, para lançamento dos esgotos, ap- proximadamente	120:000\$000
Ampliação do serviço de agua	
Desapropriações em Cariacica para augmento do ma-	
nancial	300:000\$000
Nova linha adductora assentada com 18 kms	800:0005000
Eventuaes e administração—15 %	324:900S000
Total	2.490:900\$000
Calculo que, durante os 3 annos necessarios para	a terminação

dos trabalhos, a repartição arrecadará cerca de 200:000S000, por anno, ou sejam 600:000S000 liquidos.

Não estão computadas aqui as provaveis despezas de conservação, que pódem, entretanto, ser custeadas pela propria renda proveniente de installações particulares, etc., que não se acham incluidas na cifra dos 200:000\$000 citados.

Esta secção não tinha organisação regular, Directoria de Agricul- senão para o serviço de medição e venda de tertura, Terras e Coloni- ras, que vae sendo executado de accordo com sação os regulamentos já existentes. Nada havia quanto aos demais serviços propriamente de ensinamento agricola, emprego de machinas agricolas, defesa contra pragas, serviços de pecuaria. Em 1908, sob a administração do dr. Jeronymo Monteiro, foi creada a fazenda Modelo de Sapucaia, que proporcionou proveitosos ensinamentos. Em consequencia da crise financeira que depois atravessou o Estado, não sendo esse serviço de resultado directo e immediato, foi abandonado no periodo seguinte, sendo, afinal, arrendada a fazenda ao Bispado.

Mais tarde, tambem, o Bispado não a poude conservar, e o governo teve de vendel-a.

Em seu periodo administrativo, o dr. Bernardino Monteiro procurou estabelecer o ensino experimental agricola e como já não possuia mais o Estado a fazenda de Sapucaia, foi por elle creada a fazenda experimental de cacau de Goytacazes. Com a preoccupação acertada de levar o estimulo á agricultura do Estado, emprehendeu varias culturas com especialidade as de cacau, algodão e cereaes.

Teve grande incremento no seu tempo a plantação do arroz em Vianna, feita em larga escala, mas depois abandonada. Voltou também sua attenção para a cultura do cacau, dando-lhe "grande desenvolvimento que tem sido continuado com exito.

O governo Nestor Gomes transferiu ao Ministerio da Agricultura a fazenda experimental de Goytacazes, para ter a mesma applicação e mais amplo desenvolvimento. As difficuldades financeiras do paiz e a necessidade de reducção de despezas nos varios serviços federaes, não permittiram os acabamentos e utilidade que eram de esperar. Como seja de grande vantagem para os agricultores de cacau, que, com os esforços de propaganda dos dois ultimos governos do Estado, tanto se têm dedicado a tal especie de cultura, penso que seria de toda a conveniencia que pedissemos ao governo federal a propriedade, a titulo precario, para ser concluida e administrada por nossa conta.

A União lucrará com a entrega da fazenda, porquanto encontrará no acto um alivio de encargos que assumiu sem resultados, ao passo que para o Estado taes encargos serão compensados de modo quasi immediato.

Vou auxiliando, com pequenas quantias, a terminação de algumas de suas obras, cujo abandono, por falta de dotação orçamentaria do governo federal, importaria em desabamentos e prejuizos importantes. Esperando que igual ao meu seja o vosso modo de encarar tão importante assumpto, peço um credito de 100:000\$000 para acabamentos de serviços. Solicitarei então, a respectiva entrega, junto ao Ministerio da Agricultura, nas condições referidas.

Tenho procurado por minha parte, encaminhar os nossos agricultores para os processos modernos de trabalho e de defesa agricola.

O decreto 6.517, de 29 de Dezembro de 1924, autorisou a creação de campos especiaes para a cultura de caié e o de n. 6.295, de 5 de Agosto do mesmo anno, creou campos de cooperação. Os creados pela Directoria de Fomento Agricola do Ministerio da Agricultura, têm alcançado grande exito. Foi iniciado o trabalho pela creação de cinco campos, em locaes escolhidos pelo Secretario da Agricultura. As machinas necessarias, foram adquiridas no valor de 33:166\$900.

De resultado efficiente, penso que será de custeio modico, porquanto deve funccionar com a cooperação do agricultor interessado. Já tambem está o Estado habilitado pelo referido decreto 6.517, de 29 de Dezembro, a tomar as medidas preventivas necessarias, no sentido de, quanto ao café, evitar que se propague o stephanoderes coffew já apparecido nas lavouras de São Paulo.

Dada a importancia destruidora daquelle insecto e a ameaça que elle constitue para a lavoura cafeeira, logo que surgiram as primeiras noticias do seu apparecimento em S. Paulo, procurei, por intermedio do prestante deputado Geraldo Vianna, estudar as medidas a serem tomadas para o nosso Estado, encontrando a maior solicitude por parte do snr. Ministro da Agricultura. Depois de entendimentos com os governos dos Estados limitrophes, foram estabelecidas as medidas defensivas para o nosso caso, porque, pelas investigações cuidadosamente feitas, não existe no Estado aquella praga destruidora dos fructos do café.

Para esses estudos e investigações, tivemos a preciosa visita do dr. Costa Lima, um dos raros entomologistas brasileiros, que vem orientando com firmeza, a bóa solução do importante problema. Verificado, como foi, que serão sufficientes de nossa parte as providencias defensivas para impedir a entrada do mal, tenho esperança de que não seremos por elle attingidos. A Secretaria da Agricultura tem agido neste assumpto com a maior presteza e solicitude.

Para a cultura do algodão teve especialmente voltadas as suas vistas o ultimo governo, procurando incremental-a em varios contractos que celebrou. No ultimo, assignado com os srs. Brandão & Cia-, o Estado se obrigara a dar determinada area de terras e a fazer uma estrada de rodagem. Estudado o caso e examinado o custo do serviço, achei preferivel comprar a fazenda de Araçatiba, que, preenchendo as condições do contracto e representando bem o valor de sua compra,

dispensava a estrada promettida. Custou ella 60:000\$000, tendo maior extensão de terras do que o contracto exigia, podendo, pois, ser em parte aproveitada para outro fim.

Para o cultivo do algodão, como para o de outras plantas, é de muita importancia a especie e qualidade das sementes. A creação dos campos de experimentação poderá bem orientar essa escolha e facilitar a producção de sementes, por conta dos serviços da Secretaria, des le que haja a dotação de verba necessaria. Isso poderá permittir a producção de sementes para distribuição gratuita aos agricultores, sem representar para o erario publico exaggerado sacrificio, como acontro com a importação da semente de outros Estados, que é por nós feita actualmente.

Adeante encontrareis a discriminação correspondente á verba que necessito para serviços agricolas no exercicio de 1925-1926:

Compra e conservação de material.			-	_	50:000S000
Acquisição de plantas e sementes.	•	•		•	100:000\$000
Diarias e ajudas de custo		-	•		50:000\$000
Custeio da fazenda Maruhype	_	•			30,000\$000
Serviços agricolas, campos de demons	trae	งสิก	.et	c.	ดอกรียนยรูกคล
Premios agricolas	٠				30:0005000
Conservação de jardins		•	•		7:000\$000
Somma	•				327:000S000

Pecuaria

Não tendo o Estado zona pastoril importante, os nossos governos não se preoccuparam muito com o assumpto.

Creado o cargo de veterinario, para o seu preenchimento cedeu o sr. Ministro da Agricultura os serviços de um dos seus competentes profissionaes, cuja chegada aguardo para tratar dos serviços relativos ao melhoramento dos nossos rehanhos pela selecção de reproductores.

A Secretaria da Agricultura vae-se apparelhando de sementes de forragem para tratar dessa fonte de producção, com mais acerto e interesse.

Pelos dados da mensagem do dr. Bernardino Monteiro, em 1918, a creação de bovinos, existentes no Estado, attingia a 170,000 cabeças. Merece a attenção do governo para o fim de ser melhorada.

Além dos 100:000\$000 para o funccionamento da fazenda de Goytacazes julgo conveniente o credito de mais 327:000\$000 para os serviços de agricultura, e pecuaria do Estado.

Secção de Terras e Colonisação

O serviço de terras, está, por ora, seguindo o regulamento encontrado.

Colonisação

Com quasi um terço de suas terras em mattas, não tem, entretanto, o Estado zona conveniente onde localize immigrantes. Faltamlhe vias de transportes e não se acha apparelhado com hospedaria nesta Capital e mais accessorios indispensaveis. A grande zona do Estado disponivel com transporte, relativamente facil, é a do littoral e a das margens dos rios Itaúnas e São Matheus. As condições de salubridade desaconselham a collocação ali de colonos não aclimatados. As grandes florestas da região mais alta entre os rios Pancas e São Matheus, têm sido, até agora, impenetraveis por falta de estradas.

Se votardes os recursos necessarios para a construcção de uma via ferrea entre Collatina e S. Matheus, como lembrei em outra parte desta exposição, poderei, a um tempo, construir a estrada e ir povoando as zonas lateraes, reservada uma certa faixa mais valorisada, que deverá vir aliviar o custo da construcção.

Sómente deste modo poderá ser encaminhado o problema de nosso povoamento.

Tenho recebido varias consultas sobre o concurso do Estado nesse sentido e vou demorando as respostas porque, apezar dos nossos inesgotaveis latifundios, de terra virgem, não as possuimos em condições de serem colonisadas. Penso em mandar vir familias de colonos, das quaes, uma parte trabalhe a jornal na construeção da via ferrea e outra se occupe da formação de suas colonias.

Assim; ao terminar a construcção, já terá a estrada o que transportar, alem de madeiras.

O valor venal das terras marginaes a estrada, que deseño ser cedidas por um preço maior, garantirá o que for dispendido na construcção.

Para a execução desse importante problema, mister se faz uma hospedaria para os colonos. Solicitarei, para este fim, opportunamente, o concurso do governo federal.

Durante o governo passado, foi cedido ao governo da União terreno em São Matheus para a formação do nucleo Santos Neves. Conhecendo as difficuldades de transporte para os seus serviços, offereci, nas proximidades do rio Pancas, uma area de 8.000 hectares, afim de constituir uma primeira secção do mesmo nucleo, em vista de sua proximidade da Estrada de Ferro Victoria á Minas, em Collatina. A falta de recursos orçamentarios, por parte dos serviços federaes, me não fazem esperar actualmente da União, senão a entrega dos colonos e a solução de uma parte muito limitada desse complexo problema, embora eu tenha por parte do Ministerio da Agricultura, como succede com os outros Ministerios, encontrado o melhor acolhimento e a maior solicitude.

Vereis a seguir o orçamento provavel para a fundação de um nucleo e introducção de cem familias:

Demarcação de 100 lotes de 25 hectares, a 125S000.	12:500S000
Construcção de 100 casas ruraes, a 1:800S000	180:000S000
Alimentação de 100 familias durante seis mezes, á razão	
de 150S000 por familia, num mez	90:000\$000
Stock de machinismos e ferramentas para a venda em	
prestações, á razão de 500S000 por familia	50:0005000
Alimentação em viagem e transporte da estação ferro-	
viaria mais proxima para a séde do nucleo, admit-	
tindo familias de sete pessoas e á razão de 140S000	
por familia	14:000\$000
Construcção de 20 kms. de estrada para a séde do nucleo.	120:000\$000
Construcções na séde para administração, etc	11a:aaoSaaa
Administração do nucleo e serviço medico durante dois	
annos	50:000\$000
Eventuaes e despezas imprevistas	13:500S000
Somma	640:000S000

Essas despezas poderão ser divididas para dois exercicios ou empregadas em um só exercicio, com a fundação de dois nucleos, introduzindo-se no primeiro anno, apenas, 50 familias em cada um.

Municipio de Victoria

Embora o contracto firmado entre a prefeitura da Capital e o governo do Estado tivesse dado a este os principaes encargos de obras da cidade, não tem sido pequeno o concurso e a bóa vontade do prefeito, sr. Octavio Indio do Brasil Peixoto, e da Camara Municipal para o bom andamento dos serviços.

A mortalidade de Victoria tem baixado, como verificareis do diagramma organisado na Directoria de Hygiene do Estado e que faz parte do relatorio do Secretario do Interior.

O director de hygiene attribue a baixa, não somente às condições meteorologicas favoraveis, como tambem à efficiencia do serviço de fiscalisação dos generos alimentícios e do saneamento geral da cidade.

Abaixo, darei, para vosso conhecimento, o numero de predios de nossa Capital e a sua discriminação, sob o ponto de vista da engenharia sanitaria.

Cidade alta

Numero total de predios	300
Não isolados do solo	
Com porões anti-hygienicos 20	
Com alcovas (quartos sem janellas) 223	
Sem privadas ou tendo anti-hygienicas 60	
Sem caixa d'agua	
Condemnaveis	223
Percentagem destes sobre o total	74 3º/ ₀

Bairro commercial

Numero total de predios	329
	49
	95
	52
Sem caixa d'agua	
Condemnaveis	
	95
Percentagem destes sobre o total	29 .,
De Gama Rosa a Capichaba	
Numero total de predios	473
Não isolados do solo	
Com porões anti-hygienicos	
Com alcovas	7
Com piso de terra	
Sem privadas ou tendo anti-hygienicas. 17	
Sem caixa d'agua	
Numero de condemnaveis	161
Percentagem destes sobre o total	29
Bairro Moscoso	
Total de predios	317
Não isolados do solo	13
	57
	11
	44
	12
Sem caixa d'agua	H
	55
Percentagem destas sobre o total	17 " 0
Villa Rubim	
Numero total de predios	479
	50
	22
Com alcovas	57
Com piso de terra	36
Sem privadas ou tendo anti-hygienicas.	92
Sem caixa d'agua 4	17
Numero de condemnaveis	393
Percentagens destes sobre o total	82 ".,
Total geral	
Numero total de predios	1.898
Prejudicados por falta de protecção con-	
tra a humidade	1.393
Prejudicados por defeito de arejamento e	1.070
	1/13
insolação	463
Casebres dos morros	464
Sem esgotos ou tendo anti-hygienicos.	724
Condemnaveis	880
Percentagem sobre o total	46 º/œ
0.000	10 /0

Conclusão

Os informes, nesta, lealmente fornecidos, vos habilitarão a julgardes, com segurança, da orientação que venho imprimindo aos negocios publicos.

Si, em varios pontos, adoptei criterio differente dos meus antecessores, esta circumstancia não destrõe, absolutamente, a forte solidariedade que liga o meu modesto governo ás administrações passadas. Em qualquer situação ha sempre o que alterar nas obras do preterito, pelas novas exigencias do presente.

Os grandes emprehendimentos têm de ceder alguma cousa á acção evolutiva do progresso e deixar-se prender por novos elos de aperieiçoamento. Todas as administrações, cada uma na medida das forças e energias de que puderam dispor, contribuiram, com a mesma bóa vontade, para o surto de progresso que hoje destructamos.

E para a grande obra de consolidação desse trabalho fecundo de muitas administrações, é que, ao terminar esta mensagem, invoco as vossas luzes e a vossa collaboração dedicada e patriotica.

Victoria, 4 de Maio de 1925.

Fluentino Avias